

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (UASG)
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RONDÔNIA (393014)

OBJETO

Contratação de Empresa ou Consórcio para a Execução dos Serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR-174/BR-319/BR-364/BR-421/BR-425/BR-429/BR-435 divididos em 04 Lotes, com extensão total de 1.192,20 km.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

LOTE 1: R\$ 34.933.063,00

LOTE 2: R\$ 48.071.269,90

LOTE 3: R\$ 21.242.144,52

LOTE 4: R\$ 63.290.113,35

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **12/03/2026** às **10:30h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DO TERMO DE CONTRATO
10. DOS RECURSOS
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
13. DA CESSÃO DE CRÉDITO
14. DOS CONSÓRCIOS
15. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO
16. DA SUBCONTRATAÇÃO
17. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
18. DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES
19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 01;

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 02;

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 03;

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 04;

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO III - Mapa de Risco.

ANEXO II - ORÇAMENTO REFERENCIAL

ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO IV - MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

(Apêndice a Minuta de Contrato) - ANEXO I – TERMO DE CIÊNCIA E DE RESPONSABILIDADE DE CUMPRIMENTO A LGPD.

ANEXO VI - TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DO DNIT

ANEXO VII - TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO

**EDITAL Nº 90054/ 2026 /DNIT, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026**

Processo nº 50622.000194/2025-61



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO RONDÔNIA**

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026-22
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO E DOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA BR-LEGAL 2, NA BR-174/BR-319/BR-364/BR-421/BR-425/BR-429/BR-435 DIVIDIDOS EM 04 LOTES, COM EXTENSÃO TOTAL DE 1.192,20 KM.
<u>DADOS DO PREGÃO</u> DATA: 12/03/2026 – 10:30 h (horário de Brasília) CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO VALOR ESTIMADO LOTE 1: R\$ 34.933.063,00 (ABRIL/2025) LOTE 2: R\$ 48.071.269,90 (ABRIL/2025) LOTE 3: R\$ 21.242.144,52 (ABRIL/2025) LOTE 4: R\$ 63.290.113,35 (JULHO/2025) PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DNIT - RO Rua Benjamin Constant, nº 1015, Olaria CEP: 76.801-232 http://www.dnit.gov.br e-mail: sc1.ro@dnit.gov.br

SUMÁRIO

1. **DO OBJETO**
2. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
3. **DO ORÇAMENTO ESTIMADO**
4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
5. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
6. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
7. **DA FASE DE JULGAMENTO**
8. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**
9. **DO TERMO DE CONTRATO**
10. **DOS RECURSOS**
11. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
12. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
13. **DA CESSÃO DE CRÉDITO**
14. **DA GARANTIA DA CONTRATATAÇÃO**
15. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
16. **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**
17. **DOS CONSÓRCIOS**
18. **DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES**
19. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 01;

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 02;

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 03;

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 04;

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;

(Apêndice ao Termo de Referência) - ANEXO III - Mapa de Risco.

ANEXO II - ORÇAMENTO REFERENCIAL

ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO IV - MAPA DE RISCOS DA CONTRATATAÇÃO

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

(Apêndice a Minuta de Contrato) - ANEXO I – TERMO DE CIÊNCIA E DE RESPONSABILIDADE DE CUMPRIMENTO A LGPD.

ANEXO VI - TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DO DNIT

ANEXO VII - TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO

Torna-se público que o **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, por meio do Serviço de Cadastro e Licitação, sediado na Rua Benjamin Constant, nº 1015, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76.801-232, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 12/03/2026

Horário: 10:30 h (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa ou consórcio para a execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR-174/BR-319/BR-364/BR-421/BR-425/BR-429/BR-435 divididos em 04 Lotes, com extensão total de 1.192,20 km, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.

1.2 A licitação será realizada em 04 (quatro) lotes.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DATA BASE DO ORÇAMENTO	PRAZO DE EXECUÇÃO
LOTE 01	Execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR 364-RO km 0,00 ao km 27,6, na BR 174-RO km 13,20 ao km 33,20 e na BR 435-RO km 0,00 ao 160,90. Totalizando 208,5 km.	22896	Serviço	1	R\$ 34.933.063,00	R\$ 34.933.063,00	ABRIL/2025	60 meses
LOTE 02	Execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR 364-RO km 337,30 ao 350,20 e na BR 429-RO km 0,00 ao 339,20. Totalizando 352,10 km.	22896	Serviço	1	R\$ 48.071.269,90	R\$ 48.071.269,90	ABRIL/2025	36 meses
LOTE 03	Execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR 421-RO km 0,00 ao km 69,10 e do km 0,00 ao km 45,80. Totalizando 114,90 km.	22896	Serviço	1	R\$ 21.242.144,52	R\$ 21.242.144,52	ABRIL/2025	60 meses
LOTE 04	Execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR 364-RO do km 713,60 ao 1092,10, na BR 319-RO do km 136,70 ao 144,90 e na BR 425-RO do km 0,00 ao km 130,00. Totalizando 516,70 km.	22896	Serviço	1	R\$ 63.290.113,35	R\$ 63.290.113,35	JULHO/2025	60 meses

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência contratual dos LOTE 01,03 e 04 é de 63 (sessenta e três) meses. LOTE 02 é de 39 (trinta e nove) meses.

1.5. O prazo de execução dos serviços dos LOTES 01, 03 e 04 é de 60 (sessenta) meses. LOTE 02 é de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da emissão da Ordem de Início de Serviços, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.6.10. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.6.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.
- 3.1.1. Os orçamentos estimados consistem nos valores de:
 - 3.1.1.1. LOTE 1: R\$ 34.933.063,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e trinta e três mil sessenta e três reais);
 - 3.1.1.2. LOTE 2: R\$ 48.071.269,90 (quarenta e oito milhões, setenta e um mil duzentos e sessenta e nove reais e noventa centavos);
 - 3.1.1.3. LOTE 3: R\$ 21.242.144,52 (vinte e um milhões, duzentos e quarenta e dois mil cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos);
 - 3.1.1.4. LOTE 4: R\$ 63.290.113,35 (sessenta e três milhões, duzentos e noventa mil cento e treze reais e trinta e cinco centavos).
- 3.2. Os documentos relacionados ao orçamento da contratação constam em Anexo a este Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- 4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação conforme item 5.24.81 do Termo de Referência.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Como o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.14. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.
- 5.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que não identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) conforme item 8.0.3. do Termo de Referência.
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.19.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.10.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.10.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.13. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, conforme art. 6º da Lei nº 10.522/2002.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado **conforme as disposições estabelecidas no Termo de Referência**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 8.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º e art. 6º, § 4º).
- 8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

- 8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no §1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º):
- 8.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.
- 8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
 - b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou
 - c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 9.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 9.7. A formalização do contrato ou instrumento equivalente seguirá o determinado pelo art. 89 e seguintes da Lei 14.133/2021.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitações dirigidas ao Serviço de Informações ao Cidadão do DNIT, por meio eletrônico, através do e-mail **scl.ro@dnit.gov.br**, ou presencial, nos termos da Lei no 12.527, de 2011, e do Decreto no 7.724, de 2012.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 11.1.5. fraudar a licitação;
 - 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto.
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2002.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail scl.ro@dnit.gov.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DA CESSÃO DE CRÉDITO

13.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), alterada pela [Instrução Normativa SEGES/ME nº 42, de 19 de abril de 2021](#) e [Instrução Normativa AUTOR/ME nº 62, de 28 de junho de 2021](#), conforme as regras deste presente tópico.

13.1.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

13.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

13.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

13.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

14. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

14.1. Deverá ser prestada garantia na forma prevista no item 4.9 do Termo de Referência.

14.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a preços iniciais, com fulcro no art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. A garantia de execução contratual (inclusive garantia adicional, se houver) deverá ser entregue/depositada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, em uma das seguintes modalidades dispostas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

- a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b. Seguro Garantia;
- c. Fiança Bancária.

14.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.6. Com fulcro no art. 59, §5º da Lei nº 14.133/2021, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a citada Lei.

14.7. garantias deverão obedecer o disposto no art. 17 ao 21 da Instrução Normativa do DNIT nº 9/2023.

14.8. Os prazos estabelecidos nas garantias contratuais (inclusive garantia adicional, se houver) deverão ter validade durante todo o período de vigência do contrato.

14.9. Quando houver a celebração de Termos Aditivos, a garantia inicial deverá ter seu prazo prorrogado, de modo a coincidir com o prazo de vigência do contrato, bem como deverá ser reforçada de forma a totalizar o percentual previsto sobre o valor vigente do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo.

14.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
4. Valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas.

14.11. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar o DNIT como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.

14.12. Nos casos de rescisão contratual por culpa da Contratada, a garantia será executada em favor do DNIT, nos termos do art.139, III, da Lei nº 14.133/2021.

14.13. A garantia prestada pela Contratada será devolvida após a fiel execução do contrato e terá que ser, obrigatoriamente, autorizada pelo responsável pela lavratura do Termo de Recebimento Definitivo do contrato.

14.14. Nenhuma garantia contratual será devolvida previamente à lavratura do Termo de Recebimento Definitivo do contrato.

14.15. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

14.16. Quando se tratar de consórcio, o seguro-garantia poderá ser apresentado integralmente pela EMPRESA líder do consórcio, ou por cada uma das EMPRESAS integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. De acordo com o item 4.8. do Termo de Referência, não é admitida a subcontratação do objeto contratual, com base no art. 122, §2º da Lei nº 14.133/2021. Tal vedação se justifica por se tratar de serviços considerados comuns, homogêneos e de pequeno vulto, em que as empresas atuantes no mercado possuem expertise para executar os serviços que serão licitados, sem a necessidade de subcontratá-los.

16. DO REAJUSTAMENTO

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI (SICRO) do mês descrito em cada Lote, sendo Abril/2025 ou Julho/2025 conforme Edital.

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante dos seguintes índices, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados pelos Índices utilizados pelo DNIT, para o Setor Rodoviário, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, de acordo com a [Instrução Normativa nº 1/DNIT, de 24 de janeiro de 2023](#), ou outra que vier a substituí-la, após decorrido 01 (um) ano **da data-base do orçamento preestabelecido no Edital**, nos termos do Art. 3.º, §1.º, da [Lei nº 10.192/2001](#), sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento do DNIT.

16.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser realizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinando(s) pela legislação então em vigor.

16.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

16.10. A seleção dos índices de reajustamento se baseou nas diretrizes da [Instrução Normativa nº 1/DNIT, de 24 de janeiro de 2023](#) (SEI! nº 13546239), que regulamenta a aplicação dos índices de reajustamentos de contratos de obras e serviços de engenharia no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

16.11. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir.

$$R = V (I_i - I_o) / I_o$$

Sendo:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada

I_o = Índice de preço verificado no mês-base do orçamento do DNIT

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado

16.17. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso. Para tanto, será utilizado o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

16.18. O IPCA foi instituído inicialmente com a finalidade de corrigir as demonstrações financeiras das companhias de capital aberto.

17. DOS CONSÓRCIOS

17.1. É permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, limitado a 2 (duas) empresas, sendo permitido a limitação de empresas conforme entendimento já exposto pelo TCU por meio do Acórdão nº 718/2011 - Plenário e Acórdão nº 1401/2024 - Plenário, devendo ser apresentada, na fase de habilitação, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados. A Adjudicatária fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso apresentado na fase de licitação.

17.2. No supracitado compromisso, bem como na posterior constituição do consórcio, deve ser indicada a empresa responsável pelo consórcio, chamada empresa líder (art. 15, II da Lei nº 14.133/2021), que deverá, necessariamente, ser a empresa com maior percentual de participação no consórcio, bem como a indicação dos percentuais de participação de cada consorciada.

17.3. É vedada a participação de empresa consorciada na mesma licitação com mais de um consórcio ou isoladamente, conforme art. 15, IV, da Lei nº 14.133/2021. Fica estabelecida, por força do art. 15, V da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato. A responsabilidade solidária deve constar obrigatoriamente no compromisso, bem como na posterior constituição do consórcio.

17.4. Ademais, para fins de habilitação do consórcio, conforme definição no instrumento convocatório, os documentos exigíveis devem ser apresentados por cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

17.5. Em casos excepcionais, é permitida a dissolução de consórcios, bem como a alteração ou substituição de empresa, mediante solicitação formal, dependendo do ato prévio de autorização da Administração, tendo como base a Instrução Normativa nº 24 /DNIT SEDE, de 02 de julho de 2020, ou outra que venha a substituí-la.

17.6. Para a análise do requerimento, o consórcio necessariamente deve apresentar as razões excepcionais que motivaram o pedido e, obrigatoriamente, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- O requerimento de alteração ou dissolução do consórcio assinado por todas as empresas participantes e a indicação da empresa líder;
- Protocolização da minuta de alteração, dissolução ou substituição, anexada ao requerimento a que se refere o item anterior;
- Comprovação de fatos novos ocorridos após a adjudicação do objeto, que justifiquem a alteração;
- Demonstração de que após a alteração, dissolução ou substituição de empresa no consórcio, permanecem todos os requisitos exigidos à época da habilitação na licitação, por meio de análise da Coordenação-Geral de Cadastro e Licitações;
- Constatação de que a nova composição do consórcio ou a empresa remanescente da dissolução, não deve prejudicar a execução do objeto contratado;
- Expressa anuência da Diretoria Colegiada do DNIT, após verificação dos requisitos apontados anteriormente e análise prévia da Procuradoria Federal Especializada desta Autarquia.

17.7. No caso da solicitação de substituição de empresa no consórcio, o requerimento e a indicação da empresa líder devem ser assinados por todas as empresas participantes, assim como pela substituta. A substituição de empresa participante do consórcio por outra estranha ao contrato somente poderá dar-se no percentual até o limite de 30% (trinta por cento) do objeto contratado.

17.8. Na hipótese de alteração significativa do consórcio, a justificativa apresentada pela Administração para aceitá-la deve ser proporcionalmente mais fundamentada. Havendo cisão, incorporação ou fusão da contratada, a aceitação de qualquer destas operações, como pressuposto para continuidade do contrato, ficará condicionada à análise pela Administração do procedimento e da documentação da nova empresa, considerando os parâmetros de aceitação e a eliminação de riscos de insucesso na execução do objeto contratado.

17.9. O edital estabelece para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, nos termos do artigo 15, §1º da Lei nº 14.133/2021.

17.10. A alteração contratual será realizada por Termo Aditivo e somente será efetivada após o deferimento por meio de deliberação da Diretoria Colegiada e a entrega do documento de alteração previamente formalizado de acordo com a legislação vigente.

18. DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES

18.1. O DNIT, por intermédio da Instrução Normativa nº 77 de 14 de dezembro de 2021, instituiu a Política Antifraude e Anticorrupção, que traz um conjunto de conceitos, princípios, responsabilidades, vedações e regras destinadas a orientar a prevenção de ocorrência de fraudes e atos de corrupção nas atividades conduzidas diretamente ou por meio de concessão.

18.2. No caso de serviços e fornecimentos de grande vulto, conforme art. 6º, inciso XXII, c/c art. 25, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 17, inciso V da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, a contratada deverá implantar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, nos termos da legislação vigente e das orientações dos órgãos de controle.

18.3. A contratada deverá observar o disposto na Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, bem como atender ao Termo de Adesão Voluntária à Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT – ANEXO VI.

18.4. O DNIT, com amparo no artigo 57, inciso XIII, alíneas “a” e “b”, do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, poderá conduzir diligências antes da contratação, visando a prevenção, redução e mitigação de riscos à corrupção e à fraude.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/licitacoes/superintendencias/editais-de-licitacoes/>.
- 19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.11.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

- 19.11.1.1. *(Apêndice ao Termo de Referência)* - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 01;
- 19.11.1.2. *(Apêndice ao Termo de Referência)* - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 02;
- 19.11.1.3. *(Apêndice ao Termo de Referência)* - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 03;
- 19.11.1.4. *(Apêndice ao Termo de Referência)* - ANEXO I - Volume V - Planilha Orçamentária - LOTE 04;
- 19.11.1.5. *(Apêndice ao Termo de Referência)* - ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;
- 19.11.1.6. *(Apêndice ao Termo de Referência)* - ANEXO III - Mapa de Risco.

19.11.2. ANEXO II - ORÇAMENTO REFERENCIAL

19.11.3. ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

19.11.4. ANEXO IV - MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

19.11.5. ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

- 19.11.5.1. *(Apêndice a Minuta de Contrato)* - ANEXO I – TERMO DE CIÊNCIA E DE RESPONSABILIDADE DE CUMPRIMENTO A LGPD.

19.11.6. ANEXO VI- TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DO DNIT

19.11.7. ANEXO VII - TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO

--

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
(Anexo I será disponibilizado no SITE do DNIT)

--

ANEXO II - ORÇAMENTO REFERENCIAL
(Anexo II será disponibilizado no SITE do DNIT)

--

ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Anexo III será disponibilizado no SITE do DNIT)

--

ANEXO IV - MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
(Anexo IV será disponibilizado no SITE do DNIT)

--

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO RONDÔNIA

CONTRATO Nº XXXX/XXXX-XX

TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO E DOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA BR-LEGAL 2, NA BR-174/BR-319/BR-364/BR-421/BR-425/BR-429/BR-435 DIVIDIDOS EM 04 LOTES, COM EXTENSÃO TOTAL DE 1.192,20 KM, NA FORMA ABAIXO:

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa ou consórcio para a execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR-174/BR-319/BR-364/BR-421/BR-425/BR-429/BR-435 divididos em 04 Lotes, com extensão total de 1.192,20 km, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DATA BASE DO ORÇAMENTO	PRAZO DE EXECUÇÃO
LOTE 01	Execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR 364-RO km 0,00 ao km 27,6, na BR 174-RO km 13,20 ao km	22896	Serviço	1	R\$ 34.933.063,00	R\$ 34.933.063,00	ABRIL/2025	60 meses

	33,20 e na BR 435-RO km 0,00 ao 160,90. Totalizando 208,5 km.							
LOTE 02	Execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR 364-RO km 337,30 ao 350,20 e na BR 429-RO km 0,00 ao 339,20. Totalizando 352,10 km.	22896	Serviço	1	R\$ 48.071.269,90	R\$ 48.071.269,90	ABRIL/2025	36 meses
LOTE 03	Execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR 421-RO km 0,00 ao km 69,10 e do km 0,00 ao km 45,80. Totalizando 114,90 km.	22896	Serviço	1	R\$ 21.242.144,52	R\$ 21.242.144,52	ABRIL/2025	60 meses
LOTE 04	Execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização e dos Dispositivos de Segurança Rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, na BR 364-RO do km 713,60 ao 1092,10, na BR 319-RO do km 136,70 ao 144,90 e na BR 425-RO do km 0,00 ao km 130,00. Totalizando 516,70 km.	22896	Serviço	1	R\$ 63.290.113,35	R\$ 63.290.113,35	JULHO/2025	60 meses

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do Contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação dos Lotes 01, 03 e 04 é de **63 (sessenta e três) meses**.
- 2.2. O prazo de vigência da contratação do Lote 2 é de **39 (trinta e nove) meses**.
 - 2.2.1. Os prazos mencionados acima são contados da assinatura do contrato, ainda que anterior à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, de que trata o [art. 94, caput, da Lei nº 14.133 de 2021](#).
- 2.3. O prazo de execução da contratação dos Lotes 01, 03 e 04 é de **60 (sessenta) meses**.
- 2.4. O prazo de execução da contratação do Lote 2 é de **36 (trinta e seis) meses**.
 - 2.4.1. Os prazos mencionados acima são contados da data da emissão da Ordem de Início de Serviços, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.5. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 3.1. Execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 3.1.1. Início da execução do objeto: 20 (vinte) dias da emissão da ordem de serviço;
 - 3.1.2. Os prazos iniciais de vigência contratual e de execução dos serviços observarão, respectivamente, o disposto nos itens 1.3 e 1.4 deste Termo de Referência.
 - 3.1.3. Será disponibilizado à Contratada o Projeto Executivo contemplando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão e detalhamentos essenciais para execução dos serviços objeto da licitação, composto por:

- Volume I: Memorial de Estudos Preliminares;
- Volume II: Memorial de Estudos Preliminares;
- Volume III: Pranchas de Projetos;
- Volume IV: Detalhamentos, Diagramação de Placas, Planilhas de Quantitativos e Plano de Execução; e
- Volume V: Orçamento ou Adequação de Quantitativos e Cronograma.

3.1.4. Os dados de contagem de tráfego fornecidos são oriundos da Pesquisa Nacional de Tráfego – PNT e do Plano Nacional de Contagem de Tráfego – PNCT, e referem-se ao Volume Médio Diário Anual – VMDa de veículos, dada uma seção perpendicular ao eixo da rodovia que contempla todas as faixas de rolamento nos dois sentidos de tráfego.

3.1.5. O DNIT utilizará sistema próprio para acompanhamento e fiscalização de serviços, com a elaboração de relatórios de execução, e gestão de dados sobre as condições da sinalização horizontal, sinalização vertical e dispositivos de segurança, cabendo à Contratada, obrigatoriamente, fornecer dados dos serviços prestados por ela ao DNIT através desta plataforma.

3.1.6. O sistema adotado pela Autarquia é de uso obrigatório pela Contratada. Com a utilização e inserção dos dados/informações na plataforma, serão gerados Relatórios de Execução pelo sistema. Estes relatórios devem ser anexados ao processo de medição referente a cada mês pela fiscalização, estando a medição condicionada à sua apresentação.

3.1.7. Durante a fase de implementação do sistema o DNIT poderá utilizar de outros meios existentes para auxiliar no gerenciamento das informações.

3.1.8. A natureza dos serviços a serem executados é caracterizada como contínua (art. 6º, XV da Lei nº 14.133/2021), visando a conservação da sinalização e os dispositivos de segurança implantados, mantendo os padrões de desempenho mínimos definidos em estudos e normas técnicas garantindo a segurança viária. Nesse sentido, com foco na vantagem da economia em escala, faz-se necessário que a presente contratação tenha duração inicial de 60 (sessenta) meses, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, com fulcro nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.9. Os serviços são caracterizados como comuns, visto que apresentam padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente neste Termo de Referência, as execuções por meio de especificações técnicas enquadrando-se em Acórdão nº 2.164/2013 – TCU – Plenário e Acórdão nº 1.399/2014 – TCU – Plenário.

MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

3.2. A mobilização e a desmobilização de uma obra consistem em um conjunto de operações que o executor deve providenciar com o intuito de transportar seus recursos, pessoal e equipamentos, até o local da obra, e fazê-los retornar ao seu ponto de origem ao término dos trabalhos.

3.3. Para este Termo de Referência foi considerada uma mobilização/desmobilização de 60 (sessenta) dias, tendo como origem o centro geométrico do lote, e como destino, o local do canteiro da obras, com distância de mobilização para cada lote.

3.4. Em suas propostas, as Licitantes deverão considerar as mesmas distâncias de mobilização previstas acima. Os custos associados à mobilização e desmobilização não podem ser superiores ao que a Administração Pública se encontra disposta a pagar, ou seja, ao custo de referência.

3.5. A empresa executará apenas os trabalhos referentes à manutenção da sinalização rodoviária e dispositivos de segurança existentes no segmento até o aceite da atualização/elaboração do Projeto Executivo, sendo que os demais serviços afetos ao programa estarão contemplados no cronograma de execução, integrante da atualização citada.

CANTEIRO DE OBRAS

3.6. Para fins de elaboração do Orçamento Referencial, considerou-se o Projeto-tipo de canteiro de obras de conservação rodoviária rotineira, adotando-se contêineres como padrão de construção, conforme previsto no Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes, Volume VII – Canteiro de Obras. Os custos associados às instalações hidráulicas, hidrossanitárias, pluviais, elétricas e telefônicas de todas as edificações foram incorporados ao orçamento do canteiro.

3.7. A despeito das premissas adotadas na elaboração do Orçamento Referencial e na definição das estruturas de canteiro, as soluções particulares propostas pelas empresas participantes de um certame licitatório são de foro exclusivo e retratam condições financeiras, logísticas e operacionais particulares.

3.8. Assim, cada empresa possui a prerrogativa de apresentar soluções diferentes de Canteiro de Obras. Contudo, mesmo que não haja correspondência fidedigna às estruturas e quantitativos de referência disponibilizados e previstos pela Administração Pública, devem ser atendidos todos os normativos técnicos e trabalhistas, garantindo-se condições de higiene e segurança do trabalho, tratamento ambiental adequado, segurança viária e eficiente controle sobre a execução dos serviços.

3.9. Ademais, os custos associados a essas soluções da Contratada não podem ser superiores ao que a Administração Pública se encontra disposta a pagar, ou seja, ao custo de referência.

3.10. Na implantação do canteiro de obras e durante toda a execução dos serviços, é obrigatório o atendimento às normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como às normas deste Departamento, abaixo discriminadas, ou outras que venham a substituí-las:

1. Normas Regulamentadoras - NRs do Ministério do Trabalho e Emprego aplicáveis;
2. ABNT NBR 12.284 - Áreas de vivência em canteiros de obras - Procedimento - Estabelece os critérios técnicos mínimos para a permanência de trabalhadores em canteiros de obras;
3. Especificação de Serviço DNER-ES 344/97 - Edificações - Serviços Preliminares - Essa especificação de serviço do antigo DNER, acervo do DNIT, estabelece as exigências básicas a serem adotadas na execução dos serviços preliminares, dentre eles, a instalação do canteiro de obras;
4. Especificação de Serviço DNIT 105/2009 - Terraplenagem - Caminhos de Serviço - Essa especificação de serviço trata de como assegurar o tráfego de equipamentos e veículos em diversos locais, dentre eles, o canteiro de obras. Esta norma determina que, quando encerrada a utilização dos caminhos de serviço, a área que ele ocupa deve ser restituída às condições primitivas;
5. Especificação de Serviço DNIT 071/2006 - Tratamento ambiental de áreas de uso de obras e do passivo ambiental de áreas consideradas planas ou de pouca declividade por vegetação herbácea;
6. Especificação de Serviço DNIT 073/2006 - Tratamento ambiental de áreas de uso de obras e do passivo ambiental de áreas consideradas planas ou de pouca declividade por revegetação arbórea e arbustiva;
7. Procedimento DNIT 070/2006 - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Apresenta os procedimentos relativos ao canteiro de obras, às instalações industriais, ao desmatamento e limpeza do terreno, aos caminhos de serviço, à drenagem e obras complementares;
8. Resolução CONAMA nº 307/2002 e alterações posteriores - Estabelece as diretrizes, os critérios e os procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

3.11. O acatamento às normas supracitadas não é exaustivo e não desobriga a Contratada ao cumprimento de outras disposições, como as da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, ou que estejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários do estado ou município onde ocorre a obra, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho.

CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO

3.12. A aprovação do serviço está condicionada à sua correta execução, em consonância com as especificações técnicas da Instrução Normativa nº 03/DNIT SEDE, de 12 de fevereiro de 2025, manuais do DNIT, normativos ABNT, normativos ambientais, Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e determinações do DNIT. Nenhuma medição será processada sem o atendimento dessas condicionantes.

3.13. Sendo detectado que o canteiro de obras da Contratada está em desacordo com qualquer especificação deste Termo de Referência, esse deverá ser adequado aos padrões estabelecidos, sem ônus para a Contratante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- 3.14. A Administração Local compreende o conjunto de gastos com pessoal, materiais e equipamentos incorridos pelo executor no local do empreendimento e indispensáveis ao apoio e à condução da obra.
- 3.15. Nesta contratação, a Administração Local integra os custos como item de planilha, tornando-se passível de detalhamento e medição, mediante aplicação da metodologia e dos critérios preconizados no Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes do DNIT.
- 3.16. Na elaboração do Orçamento Referencial, considerou-se que a Administração Local é constituída de parcela fixa, parcela vinculada, parcela variável e manutenção do canteiro de obras. Essas parcelas incluem mão de obra, veículos, equipamentos e despesas diversas.
- 3.17. A parcela fixa é constituída pela mão de obra responsável pelo gerenciamento da obra (técnico e administrativo), dos canteiros e dos acampamentos, além dos veículos, equipamentos e despesas diversas associadas a estas atividades, sendo dimensionada por mês, da forma especificada abaixo:

Descrição dos Itens		Quantidade lote 01	Quantidade lote 02	Quantidade lote 03	Quantidade lote 04	Unidade
Gerência Técnica	Engenheiro Supervisor	0,25	1,00	0,45	0,75	Homem/Mês
	Técnico Especializado	0,00	1,00	0,00	1,00	Homem/Mês
	Secretária	0,00	1,00	0,00	1,00	Homem/Mês
Gerência Administrativa	Vigia	2,00	2,00	2,00	1,00	Homem/Mês
Auxiliar	Auxiliar Administrativo	0,25	1,00	0,20	1,00	Homem/Mês
	Faxineiro	0,00	1,00	0,00	1,00	Homem/Mês

- 3.17.1. De acordo com o Projeto Executivo atualizado e aprovado pela Superintendência Regional, a equipe de Gerência Administrativa referente à parcela fixa da administração local foi redimensionada para 1 (um) vigia/mês, de acordo com o § 5º do art. 193 da Instrução Normativa Nº 03/DNIT SEDE, de 12 de fevereiro de 2025. Os demais estados estão de acordo com o dimensionamento padrão da Instrução Normativa.
- 3.17.2. A parcela vinculada é formada por equipes dedicadas exclusivamente a atividades específicas no âmbito da obra, associadas à manutenção, a segurança do trabalho e gestão da segurança viária operacional. O dimensionamento da parcela vinculada é efetuado por mês e sofre influência direta do cronograma físico. Segue detalhamento:

Descrição dos Itens		Quantidade lote 01	Quantidade lote 02	Quantidade lote 03	Quantidade lote 04	Unidade
Equipe de Conservação/Manutenção	Encarregado de Manutenção/Conservação	1,00	1,00	0,50	1,00	Homem/Mês
	Engenheiro Segurança do Trabalho	0,05	0,38	0,05	0,15	Homem/Mês
Equipe de Segurança do Trabalho	Técnico de Segurança do Trabalho	0,25	1,00	0,20	0,40	Homem/Mês

- 3.17.3. De acordo com o Projeto Executivo atualizado e aprovado pela Superintendência Regional, a Equipe de Gestão de Segurança Operacional referente à parcela vinculada da administração local foi redimensionada, sendo retirado 1 (um) veículo leve, de acordo com o § 5º do art. 193 da Instrução Normativa Nº 03/DNIT SEDE, de 12 de fevereiro de 2025. Os demais estados estão de acordo com o dimensionamento padrão da Instrução Normativa.
- 3.17.4. A parcela variável corresponde às equipes incumbidas das tarefas de coordenar as frentes de serviços e realizar o controle tecnológico da obra. Esses profissionais são ligados diretamente à execução dos serviços em campo e o dimensionamento das equipes é proporcional à quantidade de serviços.
- 3.17.5. Segue detalhamento da parcela variável referente às frentes de serviços de sinalização/dispositivos de segurança, com equipe comum para todas as atividades:

Descrição dos Itens		Quantidade lote 01	Quantidade lote 02	Quantidade lote 03	Quantidade lote 04	Unidade
EQUIPES DE ACOMPANHAMENTO DAS FRENTES DE SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO/DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA	Encarregado de Turma	1,00	1,00	0,50	0,75	Homem/Mês
	Apontador	0,50	0,50	0,50	0,50	Homem/Mês

- 3.17.6. A manutenção do canteiro de obras corresponde ao pessoal necessário para o devido mantimento das condições de trabalho do canteiro de obras. Conforme detalhamento:

Descrição dos Itens		Quantidade lote 01	Quantidade lote 02	Quantidade lote 03	Quantidade lote 04	Unidade
MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E ACAMPAMENTOS	Eletricista	0,10	0,10	0,10	0,10	Homem/Mês
	Servente	0,10	0,10	0,10	0,10	Homem/Mês
	Caminhão Guindauto	1,00	1,00	0,10	0,10	h/mês
	Caminhão Pipa de 8.000 L	0,00	1,00	0,00	0,10	h/mês

- 3.17.7. A despeito das premissas adotadas na definição da Administração Local do Orçamento Referencial, acima detalhadas, a Administração Local deve retratar as condições financeiras, logísticas e operacionais da empresa. Logo, a Contratada possui a prerrogativa de apresentar soluções diferentes, com exceção:
- dos profissionais: Engenheiro Supervisor, Técnico Especializado, Encarregado de Manutenção/Conservação, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho, Encarregado de Turma e Apontador, que deverão apresentar-se em campo consoante carga horária supracitada; e
 - do caminhão de pintura previsto na parcela vinculada, que deverá estar sempre presente e de prontidão no canteiro de obras, ressaltando os momentos em que estiver em operação pelo contrato.

3.17.8. Mesmo que não haja correspondência fidedigna às estruturas e quantitativos disponibilizados e previstos pela Administração Pública, devem ser atendidos todos os normativos técnicos e trabalhistas, garantindo-se condições de higiene e segurança do trabalho, tratamento ambiental adequado, segurança viária e a adequada e eficiente execução dos serviços.

3.17.9. Ademais, os custos associados a essas soluções não podem ser superiores ao que a Administração Pública se encontra disposta a pagar, ou seja, ao custo de referência.

3.18. DE GESTÃO DA SEGURANÇA VIÁRIA OPERACIONAL

3.18.1. Compete à Equipe de Gestão da Segurança Viária Operacional, prevista na parcela vinculada, composta por 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho e 1 (um) Técnico em Segurança do Trabalho, a gestão e controle dos processos relacionados à segurança nas áreas de intervenção. Os nomes dos responsáveis devem ser passados à Fiscalização antes do início dos trabalhos em campo, com o devido registro da ART no conselho profissional competente, e informando-se sempre que houver alteração.

3.18.2. Deverá ser realizado treinamento com os operários envolvidos no desenvolvimento dos trabalhos antes do início dos trabalhos na rodovia. O conteúdo mínimo a ser abordado está especificado no Apêndice – Minuta de treinamento.

3.18.3. A Contratada deverá apresentar à Fiscalização documento com o conteúdo programático, lista de presença com todos os participantes e comprovação fotográfica do curso após 60 (sessenta) dias da Ordem de Início dos Serviços, antes do início dos trabalhos em campo.

3.18.4. Após o primeiro treinamento, este deve ser reaplicado às novas contratações que trabalharão na faixa de domínio da rodovia. Não será admitida presença de trabalhador na área de obras que não esteja inscrito nas listas de presença de posse da Fiscalização.

3.18.5. Todos os trabalhadores em campo devem carregar consigo documento de identificação funcional, de material impermeável, devendo ficar visível, sendo mandatória sua apresentação à Fiscalização para continuidade da presença do trabalhador em campo.

3.18.6. Os serviços serão suspensos, sem prejuízo para a Contratante, sempre que houver irregularidade ou desacordo nas exigências de treinamento de equipe aqui explanadas.

3.18.7. compete à equipe, a realização de Diário de Segurança (DDS), no início da jornada de trabalho, em que devem ser abordados os temas pertinentes aos procedimentos que serão adotados no dia, consoante as diretrizes apontadas no Apêndice – Diário de Segurança (DDS). Na eventualidade de um sinistro no dia anterior, deve ser prevista uma DDS especial, abrangendo as falhas ocorridas e os procedimentos corretivos a serem adotados.

3.18.8. Deverá ser elaborado Plano de Atendimento de Emergência, segundo orientações do Apêndice – Plano de Atendimento de Emergência, o qual deve ser entregue após 60 (sessenta) dias da Ordem de Início dos Serviços, antes do início dos trabalhos em campo.

3.18.9. Também fica a cargo desta equipe fiscalizar as frentes de serviço para que cumpram corretamente a instalação dos equipamentos de segurança no começo dos trabalhos e o correto recolhimento ao final do dia. Caso essa equipe perceba algum elemento (cone, sinalização, etc.) danificado ou ausente, fica responsável pela correção da falha observada, devendo possuir elementos sobressalentes no veículo.

3.18.10. A equipe deverá realizar o Registro de Sinistros e de Incidentes sem Danos de Trânsito em intervenções (RAT), conforme apresentado no Apêndice – Registro de Acidentes e Incidentes sem danos de Trânsito em Intervenções (RAT).

3.18.11. Incidentes sem danos são considerados aqueles eventos fortuitos em que o motorista conseguiu evitar o sinistro no último momento por meio de freadas bruscas, breve saída de pista, etc. Invasões ao canteiro de obras ou saídas de pista devem ser consideradas como sinistros.

3.18.12. Os dados compilados por meio do RAT devem ser analisados pela equipe e medidas devem ser tomadas para evitar a ocorrência de novos sinistros e incidentes de mesma natureza.

3.18.13. Nas intervenções que exigem desvios de tráfego ou causam grandes transtornos aos usuários, a Contratada deve realizar ações de comunicação com as comunidades afetadas e demais usuários da via, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

3.18.14. A comunicação deve ser feita utilizando a mídia, como jornais, emissoras de rádio e televisão, e as redes sociais. Nas situações de emergência, a comunicação deve ser feita também utilizando os painéis eletrônicos de mensagens variáveis.

3.18.15. Devem ser divulgados: objetivo, local e tipo de intervenção, data de início e duração, horário, alteração prevista (circulação do tráfego, nova localização de pontos de ônibus, fechamento de vias, etc.), recomendações para os usuários sobre atitudes e cuidados a tomar, indicação de caminhos alternativos a serem utilizados, telefone para informação ou reclamação, e dos responsáveis pela intervenção (DNIT e Contratada).

3.18.16. O texto deve ser objetivo e conciso, abordando o assunto de forma direta, com linguagem simples e frases curtas e claras. Devem ser evitados termos técnicos, expressões não usuais da população e frases excessivamente extensas. Devem estar destacadas as principais informações, como vias afetadas, datas e recomendações.

3.18.17. Sempre que forem utilizadas as logomarcas do DNIT, Ministério dos Transportes, bem como do Governo Federal, deverão ser respeitadas as definições presentes nos Manuais de Identidade Visual de cada instituição.

3.18.18. A Contratada deve compilar as informações referentes à Gestão da Segurança Viária Operacional em relatório a ser apresentado ao final de cada mês à Fiscalização, conforme estrutura a seguir:

1. Introdução;

2. Diário de Segurança:

- Localização das frentes de serviço;
- Croquis “as-built” das soluções utilizadas;
- Registro fotográfico da solução implantada;
- Registro fotográfico da qualidade dos dispositivos;
- Ações de mídia efetuadas (impressão de tela de postagem em mídias sociais, cópia da publicação em jornal e releases para rádio e televisão);

1. Treinamentos Ofertados:

- Conteúdo programático;
- Lista de presença;
- Comprovação fotográfica da realização do curso e presença;

1. Atas dos Diálogos Diários de Segurança;

2. Registro de Sinistros e Incidentes sem Danos de Trânsito em Intervenções.

3.19. CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO

3.19.1. A aprovação dos serviços referentes à Administração Local está condicionada:

1. à entrega e conformidade do Relatório de Gestão da Segurança Viária Operacional;
2. à entrega e conformidade do Plano de Atendimento de Emergência, no caso da primeira parcela de Administração Local;
3. ao acompanhamento e atestado dos serviços pela fiscalização;
4. à sua correta execução, em consonância com a Instrução Normativa nº 03/DNIT SEDE, de 12 de fevereiro de 2025, manuais do DNIT, normativos ABNT e do CONTRAN, este Termo de Referência e determinações do DNIT.

3.19.2. Nenhuma medição será processada sem o atendimento dessas condicionantes.

3.19.3. Nenhum trabalho de campo poderá ser iniciado sem a entrega e aprovação do Plano de Atendimento de Emergência e do Relatório de Gestão da Segurança Viária Operacional, comprovando a realização de treinamento dos funcionários.

3.19.4. Sendo detectado que a manutenção do canteiro de obras ou outro item previsto na Administração Local está em desacordo com qualquer especificação deste Termo de Referência, esse deverá ser adequado aos padrões estabelecidos, sem ônus para a Contratante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.20. SINALIZAÇÃO VIÁRIA OPERACIONAL

3.20.1. os serviços que envolverem intervenções dentro da faixa de domínio da rodovia devem ser executados acompanhados de um controle temporário de tráfego a fim de alertar os usuários das condições atípicas na pista, acostamento ou área contígua ao acostamento, garantindo-se a segurança dos usuários da rodovia e dos trabalhadores envolvidos.

3.20.2. No planejamento e execução do controle temporário de tráfego, deve-se atentar à regulamentação existente, em especial aos seguintes instrumentos:

- Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei nº 9.503/1997;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume VII – Sinalização Temporária;
- Manual de Sinalização de Obras e Emergências (Publicação IPR-738 – DNIT, 2010), nos casos em que o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito for omissivo;
- ABNT NBR 14.644 – Sinalização vertical viária - Películas;
- ABNT NBR 11.904 - Sinalização vertical viária - Placas de aço zincado;
- ABNT NBR 15.071 – Cones para sinalização de tráfego;
- ABNT NBR 15.692 – Cilindro canalizador de tráfego;
- ABNT NBR 16.330 – Caveletes e barreiras tipos I, II e III.

3.20.3. Estão previstos dois projetos-tipo de sinalização de obra a serem utilizados pela Contratada segundo impacto na via, presentes no Anexo – Projeto-tipo de sinalização de obra, extraídos do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume VII – Sinalização Temporária, com a especificação dos materiais acostada no Apêndice – Especificações dos materiais de sinalização de obra, conforme disposto na tabela a seguir:

Projeto-tipo	Utilização
Bloqueio de meia pista com passagem alternada	Em serviços cuja execução demande a redução da pista para apenas uma faixa de circulação de veículos, obrigando o tráfego a operar com alternância do direito de passagem.
Bloqueio do acostamento	Intervenções em que não há necessidade de interrupção do tráfego.

3.20.4. Caso seja identificada a adaptação dos Projetos-tipo de Sinalização de Obras ao trecho sob intervenção para melhor representar a realidade do empreendimento, deverá ser comunicado ao DNIT, com a apresentação da devida justificativa técnica, para que adote as providências necessárias junto à empresa Supervisora para alteração e/ou correção do projeto executivo. Contudo, não deve ser alterada sua essência e nem reduzida a exigência mínima de solução adotada.

3.20.5. Todos os elementos dispostos em campo devem atender às normas técnicas supracitadas. Os elementos de sinalização devem ser mantidos em boas condições de limpeza e qualidade, sem defeitos graves que comprometam a função do elemento como, por exemplo, rasgos, perda da retrorrefletância, deformações graves, entre outros identificáveis.

3.20.6. Deve ser feita comprovação da qualidade das películas retrorrefletivas por meio de ensaios utilizando um retrorrefletômetro portátil de acordo com a ABNT NBR 15.426. As películas que não atenderem aos parâmetros mínimos de qualidade deverão ser substituídas.

3.20.7. A Contratada deve garantir que a fluidez do tráfego seja minimamente mantida, aumentando a extensão da área de présinalização e garantindo que os operadores de bandeira, quando houver, estejam posicionados corretamente antes da fila de veículos, ou seja, ao menos 100m antes do último veículo retido.

3.20.8. Recomenda-se que, caso seja necessária a interrupção contínua do fluxo de veículos em determinado sentido, esta deve se prolongar por no máximo 10 minutos ou deve manter a fila gerada por no máximo 1000m.

3.20.9. A distância de pré-sinalização deve ser determinada de acordo com as características do tráfego, as curvas horizontais e verticais (garantia de visibilidade), sendo a distância mínima aceitável apontada nos projetos-tipo, devendo ser aumentada no caso de condições de visibilidade desfavoráveis.

3.20.10. A Contratada deverá confeccionar e instalar placas retrorrefletivas de identificação de obra (películas tipo III, ABNT NBR 14.644), conforme descrito no Anexo – Placas para Sinalização de Obras. As placas devem ser instaladas antes do início das obras no trecho e retiradas ao final dos serviços, devendo ser realizada sua manutenção durante todo o período em que permanecerem instaladas em campo.

3.20.11. Na existência de um entroncamento com uma via secundária no trecho da intervenção, deverá ser instalada uma placa de obras na via secundária no sentido da via principal, próximo a interseção. Acessos irregulares não serão sinalizados.

3.20.12. A Contratada é responsável pela guarda e manutenção de todos os dispositivos. Em caso de perda, furto ou destruição dos elementos em quantidade que torne inviável a aplicação dos Projetos-tipo da Sinalização Viária Operacional, esses deverão ser repostos sem ônus à Contratante.

3.21. CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO

3.22. A fiscalização da sinalização viária operacional será feita de forma amostral, considerando o número de dias do período de medição. Deve a Fiscalização fazer a verificação em 8 (oito) dias aleatórios, não consecutivos e não saltar mais de 1 (uma) semana.

3.23. Cabe à Fiscalização avaliar o percentual de conformidade na execução dos serviços de sinalização viária operacional com base nos parâmetros da tabela a seguir:

Situação	Solução	Qualidade	Treinamento	Comunicação	Gestão
Não Conforme (0%-10%)	A solução aplicada não foi adequada ou foi insuficiente.	Os elementos dispostos em campo não atendem às normas.	Há trabalhadores sem identificação funcional, ausentes da lista de presença ou sem treinamento adequado.	Não houve ações de comunicação com as comunidades próximas ao longo da via.	Não há presença do Técnico de Segurança do Trabalho ou do Engenheiro de Segurança do Trabalho no local.
Parcialmente Conforme (10%-90%)	A solução implantada não possui todos os elementos indicados e estão ausentes dispositivos necessários segundo projeto ou manual.	Elementos sujos a ponto de comprometer a visibilidade, deformados ou fora da norma.	Há trabalhadores que receberam treinamento, mas não aplicam no local da obra.	A comunicação não está adequada e há violação do espaço de obras.	Há presença do Engenheiro ou do Técnico de Segurança do Trabalho, mas há ausência de documentação.
Totalmente Conforme (90%-100%)	A quantidade total de elementos foi instalada em campo e a solução é adequada.	Todos os elementos estão limpos, sem deformação e de acordo com a norma.	Os trabalhadores estão realizando o serviço com treinamento a contento.	A comunicação foi realizada adequadamente.	Há presença do Engenheiro e do Técnico de Segurança do Trabalho com toda a documentação.

- 3.23.1. No Apêndice – Ficha de Fiscalização, está o modelo de ficha a ser preenchida por ocasião da fiscalização em campo.
- 3.23.2. Caso algum item da sinalização viária operacional esteja em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, a parcela será abatida do pagamento na proporção dos itens não atendidos, consoante percentual de conformidade calculado.
- 3.23.3. Caso a parcela de atendimento esteja abaixo de 80% durante três meses consecutivos, ou quatro meses não consecutivos no mesmo ano, configura-se como inexecução parcial, sujeitando a Contratada às sanções contratuais previstas neste Termo de Referência.
- 3.23.4. A aprovação dos serviços de sinalização viária operacional está condicionada:
1. ao acompanhamento e atestado de conformidade da fiscalização mediante apresentação de Ficha de Fiscalização preenchida indicando o percentual de conformidade;
 2. à sua correta execução, em consonância com Instrução Normativa nº 03/DNIT SEDE, de 12 de fevereiro de 2025, manuais do DNIT, normativos ABNT e do CONTRAN, este Termo de Referência e determinações do DNIT;
 3. à entrega e conformidade dos Relatórios de Controle de Qualidade relativos aos serviços executados no período.

- 3.23.5. Se o fabricante possuir Certificação ISO, a comprovação da qualidade de seus materiais poderá ser feita mediante envio do ensaio do respectivo lote de fabricação. Caso o fabricante não possua Certificação ISO, a comprovação da qualidade deverá ser feita mediante apresentação de certificados emitidos por laboratórios de reputação ilibada ou centros de pesquisa, ambos pertencentes da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa Tecnológicas – ABIPT.
- 3.23.6. Nenhuma medição será processada sem o atendimento das condicionantes supracitadas.
- 3.23.7. Sendo detectado que os serviços executados ou que os materiais empregados pela Contratada apresentam qualquer tipo de patologia, desempenho inferior ao determinado, ou estão em desacordo com os Projetos-tipo, com as Normas Técnicas, Instrução Normativa nº 03/DNIT SEDE, de 12 de fevereiro de 2025 ou com qualquer especificação deste Termo de Referência, esses deverão ser adequados ou substituídos, considerando as especificações e padrões estabelecidos, sem ônus para a Contratante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.24. SERVIÇOS PRELIMINARES

Placa de Identificação de Obra

- 3.24.1. As placas de identificação de obra são regulamentadas de acordo com a Portaria SECOM Nº 8.016, de 28 de dezembro de 2022, ou outra que venha a substituí-la, e com o Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras.
- 3.24.2. As cores, formas, marcas e agentes deverão seguir o mesmo padrão, conforme normativos do Governo Federal.
- 3.24.3. Valores, município, objeto, início e término da obra deverão ser definidos para cada caso em específico.
- 3.24.4. Deverão ser instaladas duas placas por rodovia presente no contrato, no início e no fim da extensão contemplada. Em dimensão de 2,5 m x 4,0 m.
- 3.24.5. As placas de identificação de obras devem ser instaladas ao final da mobilização, antes do início dos trabalhos em campo, e retiradas ao final da obra.

Placas Institucionais

- 3.24.6. Durante a elaboração do Projeto Executivo e após mobilização, deverão ser implantadas as placas institucionais do DNIT, conforme Apêndice – Placas Institucionais e conforme Instrução Normativa nº 03/2025.
- 3.24.7. As placas deverão ser instaladas em posição aérea ou terrestre, de forma alternada no sentido da rodovia, e em local a ser informado e validado pela fiscalização, seguindo o disposto na Instrução Normativa nº 03/2025.
- 3.24.8. O dimensionamento da película e substrato deverá seguir o disposto no item 23. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - Sinalização Vertical, e deverá atender o disposto na Instrução Normativa nº 03/2025.

3.24.9. Em nenhuma hipótese, as placas institucionais poderão ter seu layout alterado, devendo seguir obrigatoriamente os espaçamentos, mensagem e brasão especificados, alterando-se apenas a identificação da rodovia e do estado para cada caso.

Implantação do Projeto Executivo

3.24.10. A implantação da solução do Projeto Executivo deverá atender a todas as normas e especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, bem como o disposto na Instrução Normativa nº 03/DNIT SEDE, de 12 de fevereiro de 2025, e deverá ocorrer consoante Cronograma Físico-Financeiro e Plano de Execução do Projeto, considerando as intervenções futuras previstas para o trecho, compatibilizando os serviços com os demais contratos desta Autarquia, respeitando a priorização dos seguintes trechos, respectivamente:

1. SNVs sem sinalização vertical e/ou horizontal;
2. SNVs que contenham segmentos críticos de sinistros de trânsito, conforme planilha apresentada no Apêndice – Priorização de segmentos críticos;
3. SNVs com retrorrefletividade da sinalização horizontal baixa, de acordo com os parâmetros deste Termo de Referência.

3.24.11. Ademais, quaisquer serviços de campo previstos no Projeto Executivo, a serem realizados pela Contratada, deverão ser acompanhados da gestão da segurança viária operacional, consoante especificações e Projeto-tipo definidos neste Termo de Referência.

3.24.12. Em caso de neblina ou precipitação eminente, não devem ser iniciados os trabalhos planejados para o dia, devido à diminuição da visibilidade e riscos associados. Caso a obra já esteja ocorrendo, os trabalhos devem ser suspensos e, caso haja condições suficientes de segurança, a sinalização temporária deve ser retirada.

3.24.13. Antes da implantação de cada elemento de sinalização e segurança, a Contratada deverá verificar a existência de interferências enterradas e aéreas nos locais determinados para a instalação. Havendo qualquer interferência, a fiscalização do DNIT deverá ser comunicada imediatamente e esta, por sua vez, deverá indicar o reposicionamento da sinalização.

3.24.14. As perfurações executadas e não aproveitadas pelo aparecimento de interferências, deverão ser aterradas e o piso original recomposto às expensas da Contratada. Além disso, durante a execução dos serviços, todos os danos causados às redes de concessionárias ou a qualquer bem público ou de terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, que arcará com todos os ônus e reparos decorrentes.

3.24.15. Qualquer avaria causada no pavimento devido à execução dos serviços da presente contratação deverá ser corrigida pela Contratada, sem ônus à Contratante.

3.24.16. Os serviços de remoção de elementos de sinalização e segurança existentes serão executados sempre na data determinada pela Fiscalização. Os locais em que forem retirados os elementos devem ser reaterrados, o piso original recomposto e o entulho recolhido, imediatamente, às expensas da Contratada. Placas, suportes, dispositivos auxiliares e de segurança removidos devem ser transportados para o local indicado pela Fiscalização.

3.24.17. Toda implantação de elementos de sinalização vertical e horizontal, bem como de dispositivos de segurança pela Contratada deve ser registrada no sistema e/ou documentos modelo disponibilizados, por meio do cadastro dos elementos implantados.

3.24.18. O preenchimento de todas as informações necessárias ensejará a geração de um Relatório de Execução, que será parte integrante da medição dos serviços.

3.24.19. A execução dos serviços previstos no Plano de Execução para cada mês somente poderá ser iniciada após autorização expressa da Fiscalização, contemplando a totalidade dos serviços previstos para o mês em questão para cada família de serviços. Neste ato da fiscalização, devem ser respeitadas a priorização e programação definidas no Cronograma Físico-Financeiro e Plano de Execução.

3.24.20. O Cronograma Físico-Financeiro deve ser a representação fiel da realização dos serviços em campo. Assim, qualquer necessidade de alteração do cronograma deve ser justificada nos autos, inserindo-se cronograma atualizado no sistema disponibilizado em até 10 (dez) dias após a assinatura do Termo Aditivo.

3.24.21. O não cumprimento dos prazos definidos no Cronograma Físico-Financeiro em vigor, quando decorrente de ato da Contratada, enseja nas sanções previstas neste Termo de Referência.

Sinalização Vertical

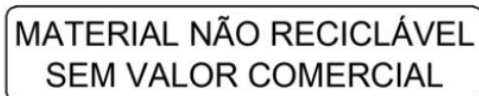
3.24.22. implantação da sinalização vertical, a Contratada deverá observar a norma ABNT NBR 14.891, atentando aos ângulos com o eixo da via, a fim de não prejudicar a legibilidade do sinal e reduzir o efeito da reflexão especular, inclusive em curvas e placas aéreas.

3.24.23. as películas de placas a serem implantadas e/ou substituídas deverão possuir identificação do seu tipo na própria película, conforme ABNT NBR 14.644, além do lote de fabricação.

3.24.24. No verso de cada uma das placas implantadas ou substituídas pela Contratada, deverá constar a logo do DNIT, rodovia, mês e ano de fabricação, nome do fabricante e código sequencial, conforme modelo a seguir:



3.24.25. Concomitante aos dados do contrato deverá constar em todas as placas, independentemente do tipo do substrato, inscrição com dizeres “Material não reciclável - sem valor comercial”, conforme modelo abaixo:



3.24.26. A Contratada deverá elaborar Relatório de Controle de Qualidade contendo os resultados dos ensaios das películas e comprovação da qualidade do substrato e do suporte utilizados, em conformidade com os normativos, devidamente interpretados, atestando a qualidade dos materiais.

3.24.27. as medições de retrorrefletância é exigido que o retrorrefletômetro esteja calibrado (com certificado válido). As leituras de retrorrefletância apresentadas pela Contratada não excluem a necessidade e validade das leituras realizadas pela Fiscalização e/ou pela Supervisora na verificação da conformidade dos serviços, devendo a Contratada deixar à disposição da Fiscalização um retrorrefletômetro calibrado e aferido.

Sinalização Horizontal

- 3.24.28. A aplicação dos materiais de sinalização horizontal deverá seguir estritamente os procedimentos da norma ABNT NBR 15.405, no caso de demarcação (marcas longitudinais, marcas transversais, marcas de canalização, marcas de delimitação e controle de parada e/ou estacionamento e inscrições no pavimento), bem como as especificações do fabricante, ficando a cargo da Contratada todos os procedimentos de preparação do material, preparação do pavimento, limpeza, pré-marcção, execução das demarcações, furação e assentamento dos dispositivos auxiliares.
- 3.24.29. Destaca-se que é de suma importância a avaliação do Ponto de Orvalho antes da aplicação das demarcações, de acordo com a referida norma, bem como da utilização de cola para as tachas de acordo com as recomendações do fabricante.
- 3.24.30. Na eventual necessidade de retirada de peças, nenhuma parte do sistema, pino de fixação, ou outros, poderão ficar expostos, devendo o mesmo ser retirado ou enterrado totalmente, possibilitando a reposição da nova peça no local.
- 3.24.31. A Contratada deverá elaborar Relatório de Controle de Qualidade contendo os resultados dos ensaios dos lotes de tinta, microesferas de vidro, tachas refletivas e cilindros delimitadores empregados nos serviços, bem como das medições de retrorrefletância e de espessura, em conformidade com os normativos, devidamente interpretados, atestando a qualidade dos materiais.
- 3.24.32. Todo produto químico utilizado no local de trabalho deve ser classificado quanto aos perigos para a segurança e a saúde dos trabalhadores de acordo com os critérios estabelecidos pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS).
- 3.24.33. A classificação de substâncias perigosas deve ser baseada em lista de classificação harmonizada ou com a realização de ensaios exigidos pelo processo de classificação e deve ser rotulado preventivamente de acordo com o perigo à saúde.
- 3.24.34. A rotulagem preventiva é um conjunto de elementos com informações escritas, impressas ou gráficas, relativas a um produto químico, que deve ser afixada, impressa ou anexada à embalagem que contém o produto. Nenhum produto químico poderá ser utilizado na execução de serviço caso seja constatado a ausência da rotulagem preventiva.
- 3.24.35. Para as medições de retrorrefletância é exigido que o retrorrefletômetro esteja calibrado (com certificado válido). As leituras de retrorrefletância apresentadas pela Contratada não excluem a necessidade e validade das leituras realizadas pela Fiscalização e/ou pela Supervisora na verificação da conformidade dos serviços, devendo a Contratada deixar à disposição da fiscalização um retrorrefletômetro calibrado e aferido. Todas as leituras devem ser realizadas em consonância com as normas ABNT NBR 16.307, ABNT NBR 14.723 e/ou DNIT 409/2017 – PRO.
- 3.24.36. Após o 3º ano de contrato deverá ser medido o desempenho da sinalização horizontal, a pedido da Fiscalização, em todos os segmentos pertencentes ao contrato por meio de uma segunda avaliação da retrorrefletância conforme procedimentos da norma ABNT NBR 16.410 - Sinalização horizontal viária - Avaliação da retrorrefletividade utilizando equipamento dinâmico com geometria de 15 m ou 30 m e obrigatoriamente com os mesmos parâmetros de aceitabilidade para os índices mínimos de retrorrefletância indicados neste Termo de Referência. Caso seja constatado pela fiscalização que o volume de tráfego em segmentos onde serão realizadas as leituras inviabilize a realização do serviço caberá à Contratada programar-se para realizar estas leituras fora do horário de pico. Os resultados deverão ser apresentados em diagrama unifilar conforme modelo definido pelo DNIT.
- 3.24.37. Deverão ser removidos todos os tachões presentes na rodovia através do item de serviço Remoção de tacha refletiva. Não obstante, verificada a existência de tachas danificadas antes da primeira intervenção de sinalização horizontal, estas deverão ser removidas através do mesmo item de serviço.

Dispositivos de Segurança

- 3.24.38. No verso de cada uma das lâminas implantadas e/ou substituídas pela Contratada, deverá constar logo do DNIT, rodovia, mês e ano de fabricação, nome do fabricante e código sequencial da lâmina, conforme modelo a seguir:



- 3.24.39. A Contratada deverá elaborar Relatório de Controle de Qualidade contendo os resultados dos ensaios dos dispositivos de segurança, conforme ABNT NBR 15.486, devidamente interpretados, atestando a qualidade dos materiais.

Manutenção

- 3.24.40. Para que a sinalização viária e os dispositivos de segurança respondam aos parâmetros de desempenho ao longo do tempo, os serviços de manutenção e conservação dos mesmos se fazem necessários durante toda a execução do contrato.
- 3.24.41. -se aos serviços de manutenção, todas as normas e especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e na Instrução Normativa nº 03/DNIT SEDE de 12 de fevereiro de 2025.
- 3.24.42. Ademais, qualquer serviço de campo a ser realizado pela Contratada deverá ser acompanhado de gestão de segurança viária operacional, consoante especificações e Projetos-tipos definidos neste Termo de Referência.
- 3.24.43. serviços de manutenção serão divididos em três frentes: (a) preliminar, (b) periódica e (c) adicional, descritas a seguir de forma detalhada.

Manutenção e conservação preliminar

- 3.24.44. A manutenção preliminar consiste na realização de serviços específicos que devem ser executados durante a elaboração do Projeto Executivo. Os serviços de manutenção preliminar devem ser realizados a partir da mobilização da contratada, estendendo-se até o fim da aprovação do Projeto Executivo.
- 3.24.45. Os serviços preliminares objetivam corrigir problemas nas rodovias que não necessitam do Projeto Executivo aprovado, mas que se fazem necessários para a manutenção da segurança em situações já tratadas por contratos ou programas anteriores.

Tais serviços são especificados de forma exaustiva na tabela abaixo:

Serviço	Especificação
Recomposição da sinalização vertical existente	Reparar placas de sinalização já existentes no local, em função de vandalismo, abalroamento, dentre outros, de acordo com o defeito apresentado.
Substituição da sinalização vertical existente	Reimplantar placas convencionais* de sinalização já existentes no local, em função de roubo, destruição, entre outros.
Manutenção das defensas metálicas existentes	Reparar, substituir e/ou reinstalar partes do sistema de defesa metálica (lâminas, elementos de fixação, terminais e amortecedores) que se encontrem danificadas.
Manutenção da sinalização horizontal existente	Reparar e/ou repintar a sinalização horizontal onde houver necessidade de intervenções pontuais no pavimento.
* Placas convencionais são aquelas com diagramações constantes nos Volumes I e II do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN	

3.24.46. É necessária a autorização da Fiscalização para execução dos serviços de manutenção preliminar.

Manutenção e conservação periódicas

3.24.47. A manutenção e conservação periódicas consistem na realização dos serviços de capina e limpeza de placas em toda a extensão do lote em sucessivos períodos de 4 (quatro) meses, denominados ciclos, conforme especificado na tabela abaixo:

Serviço	Especificação
Capina	Erradicação (arrancamento das raízes) da vegetação, de modo a evitar que ocorra invasão sobre a sinalização vertical. Deverá ser executada na totalidade das placas, num raio de 3 metros contados a partir do eixo do suporte da placa para evitar que a placa seja danificada, em caso de incêndio às margens da rodovia.
Limpeza de Placas	Limpeza das placas presentes na rodovia. Todos os elementos da sinalização vertical deverão estar visíveis e legíveis, sem vestígios de poeira, barro e/ou pichações. Para este item de serviço, também será considerada a limpeza dos refletivos dos dispositivos de contenção longitudinal, da seguinte forma: - Refletivos para dispositivos de contenção longitudinal em tangente, considerar a área 0,55 m² por dispositivo; - Painel de delineamento refletivo para dispositivos de contenção longitudinal em curva, considerar a área 0,09 m² por dispositivo.

3.24.48. Cada ciclo contempla a execução dos serviços acima especificados uma única vez em todos os trechos SNV do Contrato, distribuídos uniformemente ao longo de 4 (quatro) meses. Ao final de cada ciclo, inicia-se um novo, realizando-se a manutenção de forma ininterrupta durante todo o contrato.

3.24.49. Não é necessária a autorização da Fiscalização para execução dos serviços de manutenção periódica, desde que referentes ao ciclo, pois essa é de responsabilidade permanente da Contratada.

3.24.50. Os serviços de manutenção e conservação periódicas devem ser realizados após mobilização da contratada, estendendo-se até o fim do período contratual.

3.24.51. As avaliações referentes ao ciclo da manutenção serão medidas mensalmente através dos fatores definidos na tabela abaixo:

Tipo de Serviço	Quantidade Analisada	Quantidade Conforme	% Conforme
Capina			
Limpeza de Placas			

3.24.52. Além disso, duas avaliações consecutivas com percentual de conformidade inferior a 80% para qualquer um dos tipos de serviço contidas na Tabela 26 implicará em desconto no pagamento da parcela relativa à Administração Local, proporcional à conformidade identificada.

3.24.53. Três avaliações consecutivas com percentual de conformidade inferior a 80% para qualquer um dos tipos de serviço contidas na Tabela 26 configuram inexecução parcial, sujeitando a Contratada às sanções contratuais previstas neste Termo de Referência.

Manutenção e conservação adicionais

3.24.54. Os serviços adicionais de manutenção e conservação serão realizados apenas em caso de necessidade constatada e após a aprovação do Projeto Executivo, mediante solicitação expressa da Fiscalização, especificando claramente os serviços e trechos a serem executados.

3.24.55. Além da execução da manutenção e conservação periódicas, poderá ser feita execução adicional dos serviços de capina e limpeza em elemento de sinalização vertical ou dispositivos de segurança, caso necessário, desde que solicitada pela Fiscalização, devendo sempre observar a sobreposição de serviços e duplicidade de pagamento, considerando os demais contratos desta Autarquia.

3.24.56. Ademais, quando solicitado pela fiscalização, a Contratada deverá prontamente executar os serviços adicionais descritos na tabela a seguir:

Serviço	Especificação
Recomposição da sinalização vertical	Reparar as placas de sinalização em função de vandalismo, abaloamento, dentre outros, de acordo com o defeito apresentado.
Substituição da sinalização vertical	Reimplantar placas de sinalização em função de roubo, destruição, entre outros.
Remoção de placa de sinalização vertical	Remover placas de sinalização instaladas não condizentes com a necessidade da via ou implantadas sem a devida aprovação do DNIT.
Manutenção da sinalização horizontal	Reparar e/ou repintar a sinalização horizontal onde houver necessidade de intervenções pontuais no pavimento.
Manutenção das tachas	Repor tachas que forem arrancadas ou substituir as que estiverem danificadas.
Manutenção dos cilindros delimitadores	Repor os cilindros delimitadores que forem arrancados ou substituir os que estiverem danificados.
Manutenção das defensas metálicas	Reparar, substituir e/ou reinstalar partes do sistema de defesa metálica (lâminas, elementos de fixação, terminais e amortecedores) que se encontrem danificadas.
Limpeza de tachas e tachões	Limpar as tachas e tachões presentes na rodovia. Os elementos refletivos deverão estar visíveis.

3.24.57. Após notificação pela Fiscalização, a Contratada deverá atender à solicitação dentro do prazo máximo, em dias úteis, estabelecido abaixo para cada serviço:

Serviço	Prazo máximo para atendimento (dias úteis)
Recomposição, substituição ou remoção de placas convencionais*	02
Recomposição, substituição ou remoção das demais placas	20
Manutenção das defensas metálicas	10
Demais serviços	05
* Placas convencionais são aquelas com diagramações constantes nos Volumes I e II do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN.	

3.24.58. No caso de não atendimento da solicitação da fiscalização dentro do prazo acima estabelecido, a Contratada terá 48 horas, contados do fim do referido prazo para encaminhar à Fiscalização, previsão de execução da demanda e justificativa do não atendimento, a ser avaliada e validada pela Fiscalização.

3.24.59. A verificação da inexecução do serviço ou não apresentação da justificativa adequada no prazo estipulado implica em desconto proporcional no pagamento da parcela relativa à Administração Local, além do não recebimento pelo serviço, uma vez que este não fora executado.

3.24.60. A reincidência relativa à inexecução da manutenção e conservação adicional sujeitará a empresa às sanções contratuais previstas neste Termo de Referência.

Informações Gerais

3.24.61. A contratada deverá apresentar Plano de Trabalho relativo ao ciclo de manutenção periódica ao fim da mobilização, contendo os segmentos de cada rodovia que serão atendidos em cada mês do ciclo de manutenção, submetendo-o à aprovação pela Fiscalização.

3.24.62. A manutenção da sinalização e dispositivos de segurança deverá ocorrer consoante planejamento aprovado, bem como atender a todas as normas, especificações técnicas e procedimento de execução contidos neste Termo de Referência, especialmente as contidas no item Implantação do Projeto Executivo, inclusive no tocante à elaboração de Relatório de Controle de Qualidade para os materiais utilizados.

3.24.63. Ademais, qualquer serviço de campo previsto no Projeto Executivo, a ser realizado pela Contratada, deverá ser acompanhado de gestão da segurança viária operacional, consoante especificações e Projetos-tipo definidos neste Termo de Referência.

3.24.64. Caso seja constatado que a retrorrefletância, mesmo após a limpeza da placa ou da sinalização horizontal, encontra-se abaixo dos limites estabelecidos, essas deverão ser substituídas ou refeitas. Se os serviços tiverem sido realizados pela própria Contratada, no âmbito desta contratação, deverão ser refeitos sem ônus à Contratante.

3.24.65. Toda implantação ou intervenção realizada pela Contratada nos elementos de sinalização vertical e horizontal, bem como nos dispositivos de segurança, deve ser registrada no sistema e/ou documentos modelo disponibilizados, por meio do registro da intervenção no histórico de manutenção do referido elemento.

3.24.66. O preenchimento de todas as informações necessárias ensejará a geração de um Relatório de Execução, que será parte integrante da medição dos serviços.

Condições de aprovação

3.24.67. A aprovação dos serviços de sinalização vertical, sinalização horizontal e dispositivos de segurança está condicionada:

- à extração de Relatório de Execução, pela fiscalização, gerado pelo sistema disponibilizado;
- ao acompanhamento e atestado dos serviços pela fiscalização;
- à sua correta execução, em consonância com a Instrução Normativa nº 03/DNIT SEDE de 12 de fevereiro de 2025, manuais do DNIT, normativos ABNT e do CONTRAN, este Termo de Referência e determinações do DNIT;

- à entrega e conformidade dos Relatórios de Controle de Qualidade relativos aos serviços executados no período.

3.24.68. Se o fabricante possuir Certificação ISO, a comprovação da qualidade de seus materiais poderá ser feita mediante envio do ensaio do respectivo lote de fabricação. Caso o fabricante não possua Certificação ISO, a comprovação da qualidade deverá ser feita mediante apresentação de certificados emitidos por laboratórios de reputação ilibada ou centros de pesquisa, ambos pertencentes da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa Tecnológicas – ABIPT.

3.24.69. Para os dispositivos de segurança deverá ser apresentado certificado de aprovação emitida por órgão competente, em português ou língua estrangeira, mediante resultados de ensaios de impacto, definidos de acordo com as EN 1317, NCHRP 350 ou MASH conforme previsto na ABNT NBR 15.486, ou outra que a suceda.

3.24.70. Nenhuma medição será processada sem o atendimento das condicionantes supracitadas.

3.24.71. Sendo detectado que os serviços executados ou que os materiais empregados pela Contratada estão em desacordo com o Projeto Executivo, com as Normas Técnicas ou com qualquer especificação deste Termo de Referência, esses deverão ser adequados ou substituídos, considerando as especificações e padrões estabelecidos, sem ônus para a Contratante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Local e horário da prestação dos serviços

3.24.72. Os serviços serão prestados nas seguintes localizações:

LOTE		ESPECIFICAÇÃO	VALOR
LOTE 01	BR 364-RO km 0,00 ao km 27,6, na BR 174-RO km 13,20 ao km 33,20 e na BR 435-RO km 0,00 ao 160,90.		R\$ 34.933.063,00
LOTE 02	BR 364-RO km 337,30 ao 350,20 e na BR 429-RO km 0,00 ao 339,20.		R\$ 48.071.269,90
LOTE 03	BR 421-RO km 0,00 ao km 69,10 e do km 0,00 ao km 45,80.		R\$ 21.242.144,52
LOTE 04	BR 364-RO do km 713,60 ao 1092,10, na BR 319-RO do km 136,70 ao 144,90 e na BR 425-RO do km 0,00 ao km 130,00.		R\$ 63.290.113,35

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

3.24.73. Com base no Orçamento Referencial, presente no Apêndice – Orçamento, a Licitante apresentará sua Proposta de Preços, consoante modelos disponibilizados no Apêndice – Modelo de Proposta de Preços, composta, obrigatoriamente, pelos seguintes itens:

1. Planilha de Orçamento;
2. Composições dos Custos Unitários de todos os itens da planilha;
3. Composição analítica do percentual dos Encargos Sociais – ES, discriminando todas as parcelas que o compõem;
4. Detalhamento das despesas indiretas (BDI);
5. Cronograma Físico-Financeiro;

3.24.74. Os arquivos dos itens supracitados da Proposta de Preços devem ser enviados em formato digital, editável, compatível com o editor em planilha. Os procedimentos e prazos para envio da Proposta de Preços serão especificados no Instrumento Convocatório.

3.24.75. A Planilha de Orçamento da Proposta de Preços deverá conter todos os itens de serviços, quantitativos e respectivas unidades de medida, conforme especificado no Orçamento Referencial, apresentando os preços unitários propostos para cada item, bem como o preço total da proposta. Ao encaminhar a proposta, a Licitante considera incluídos todos os insumos, encargos, despesas, impostos, taxas e demais custos necessários à realização do serviço.

3.24.76. Admite-se a apresentação de soluções de Canteiro de Obras e Administração Local distintas daquelas contidas no Orçamento Referencial, uma vez que retratam condições financeiras, logísticas e operacionais particulares da Licitante, com exceção da mão de obra que compõe a Administração Local, do local do canteiro de obras e da distância de mobilização, casos em que devem ser obrigatoriamente mantidas as definições deste Termo de Referência e do Orçamento Referencial.

3.24.77. Ademais, os custos associados a essas soluções da Licitante não podem ser superiores ao que a Administração Pública se encontra disposta a pagar, ou seja, ao custo de referência oficial.

3.24.78. As Composições dos Custos Unitários deverão detalhar o custo unitário de cada serviço, expressando a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos insumos necessários à execução de uma unidade de medida do serviço.

3.24.79. O Cronograma Físico-Financeiro deverá conter todas as informações previstas no cronograma referencial, apresentando o valor total de cada item de serviço, com distribuição mensal dos valores, respeitando o desembolso máximo previsto no cronograma referencial para cada mês, bem como para cada ano. Para fins de proposta, não serão permitidas antecipações de etapas.

3.24.80. Os valores unitários e global expressos no Orçamento Referencial representam o máximo valor que a Administração se dispõe a pagar pelo referido produto ou serviço. Assim, serão desclassificadas propostas com valores unitários ou global superiores àqueles contidos no Orçamento Referencial ou que contenham preços manifestamente inexequíveis.

3.24.81. As Propostas de Preços terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.24.82. Considerando o vulto da presente contratação, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2.595/2021-TCU-Plenário, Acórdão 122/2012-TCUPlenário, entre outros), dada a complexidade dos serviços, a quantidade de itens das planilhas a serem preenchidas pelos licitantes e a materialidade da contratação, o prazo para apresentação da proposta deverá ser de 15 (quinze) dias úteis.

3.24.83. Caso a Licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebre o contrato, será convocada a Licitante subsequente, segundo ordem de classificação, aplicando-se à desistente as sanções cabíveis.

3.24.84. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as Licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

3.24.85. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 3.24.86. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização, à qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação escrita da Contratada, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.
- 3.24.87. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da fiscalização do contrato, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, e constatar e relacionar as correções que se fizerem necessárias.
- 3.24.88. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.
- 3.24.89. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.
- 3.24.90. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.
- 3.24.91. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.
- 3.24.92. O recebimento definitivo do objeto licitado não exige a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 3.24.93. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Normas Técnicas

3.24.94. Na concepção e implantação do Projeto Executivo deverão ser assegurados os princípios da legalidade, suficiência, padronização, clareza, precisão e confiabilidade, visibilidade, legibilidade, manutenção e conservação. Também deverão ser atendidos todos os normativos técnicos, dentre os quais destaca-se:

- Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei nº 9.503/1997;
- Resolução CONTRAN nº 973/2022;
- Resolução CONTRAN nº 986/2022;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume II – Sinalização Vertical de Advertência;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume III – Sinalização Vertical de Indicação;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume IV – Sinalização Horizontal;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume VII – Sinalização Temporária;
- Manual de Sinalização Rodoviária – Publicação IPR-743 (DNIT, 2010), nos casos em que o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN for omissivo;
- ABNT NBR 7.397 – Produto de aço e ferro fundido galvanizado por imersão a quente – Determinação da massa do revestimento por unidade de área – Método de ensaio;
- ABNT NBR 7.556 – Alumínio e suas ligas – Chapas – Requisitos;
- ABNT NBR 7.823 – Alumínio e suas ligas – Chapas – Propriedades mecânicas;
- ABNT NBR 8.261 – Tubos de aço-carbono, com e sem solda, de seção circular, quadrada ou retangular para usos estruturais - Requisitos;
- ABNT NBR 11.904 – Sinalização vertical viária – Placas de aço zincado;
- ABNT NBR 13.275 – Sinalização vertical viária – Chapas planas de poliéster reforçado com fibras de vidro, para confecção de placas de sinalização – Requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 14.428 – Sinalização vertical viária – Pórticos e semipórticos zincados — Projeto, montagem e manutenção;
- ABNT NBR 14.429 – Sinalização vertical viária – Pórticos e semipórticos zincados por imersão a quente – Requisitos;
- ABNT NBR 14.644 – Sinalização vertical viária – Películas – Requisitos;
- ABNT NBR 14.890 – Sinalização vertical viária – Suportes metálicos em aço para placas – Requisitos;
- ABNT NBR 14.891 – Sinalização vertical viária – Placas;
- ABNT NBR 14.962 – Sinalização vertical viária – Suportes metálicos em aço para placas – Projeto e implantação;
- ABNT NBR 15.426 – Sinalização vertical viária – Método de medição da retrorrefletividade utilizando retrorrefletômetro portátil;
- ABNT NBR 15.591 – Sinalização vertical viária – Estrutura e fixação de placas em poliéster reforçado com fibras de vidro;
- ABNT NBR 16.033 – Sinalização vertical viária – Suporte polimérico de materiais reciclados – Requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 16.179 – Sinalização vertical viária – Chapas de alumínio composto para confecção de placas de sinalização – Requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 16.592 – Sinalização vertical viária – Dispositivos de sinalização de alerta (marcadores) – Requisitos;
- ABNT NBR 13.159 – Sinalização horizontal viária – Termoplástico aplicado pelo processo de aspersão;
- ABNT NBR 13.699 – Sinalização horizontal viária – Tinta à base de resina acrílica emulsificada em água;
- ABNT NBR 15.402 – Sinalização horizontal viária – Termoplásticos – Procedimentos para execução da demarcação e avaliação;
- ABNT NBR 15.405 – Sinalização horizontal viária – Tintas – Procedimentos para execução da demarcação e avaliação;
- ABNT NBR 15.438 – Sinalização horizontal viária – Tintas – Métodos de ensaio;
- ABNT NBR 15.482 – Sinalização horizontal viária – Termoplásticos – Métodos de ensaio;
- ABNT NBR 15.741 – Sinalização horizontal viária – Laminado elastoplástico para sinalização - Requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 15.870 – Sinalização horizontal viária – Plástico a frio à base de resinas metacrílicas reativas – Fornecimento e aplicação;
- ABNT NBR 16.184 – Sinalização horizontal viária – Esferas e microesferas de vidro – Requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 16.307 – Sinalização horizontal viária – Medição de retrorrefletividade utilizando equipamento manual com geometria de 30 m - Método;
- ABNT NBR 14.723 – Sinalização horizontal viária – Medição de retrorrefletividade utilizando equipamento manual com geometria de 15 m - Método de ensaio;
- ABNT NBR 16.410 – Sinalização horizontal viária – Avaliação da retrorrefletividade utilizando equipamento dinâmico com geometria de 15 m ou 30 m;
- ABNT NBR 7.396 – Sinalização horizontal viária – Material para sinalização – Terminologia;
- ABNT NBR 14.636 – Sinalização horizontal viária – Tachas refletivas viárias – Requisitos;

- ABNT NBR 15.692 – Segurança no tráfego – Cilindro canalizador de tráfego;
- ABNT NBR 15.766 - Sinalização horizontal viária — Dispositivo refletivo de vidro incrustado — Requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 15.486 – Segurança no tráfego – Dispositivos de contenção viária – Diretrizes de projeto e ensaios de impacto (para implantação de novos dispositivos);
- ABNT NBR 6.970 – Defensas metálicas zincadas por imersão a quente (para manutenção e avaliação de defensas metálicas já existentes);
- ABNT NBR 6.971 – Defensas metálicas – projeto e instalação (para manutenção e avaliação de defensas metálicas já existentes);
- Instrução Normativa nº 03/DNIT SEDE, de 12 de fevereiro de 2025 - Estabelece critérios e procedimentos a serem utilizados na elaboração e atualização de projetos, na contratação e na execução do novo Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária - BR-LEGAL 2;
- DNIT 409/2017 - PRO – Medida da retrorrefletividade com uso de equipamento dinâmico – Procedimento.

3.24.95. A lista acima não é exaustiva, aplicando-se todos os normativos técnicos e legislação pertinentes, em suas versões mais atuais.

3.25. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

- 3.25.1. A Unidade Gestora dos contratos oriundos deste Termo de Referência é a Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias - CGPERT. Suas atribuições estão definidas na Resolução nº 20, de 30 de dezembro de 2020, ou outra que venha a substituí-la.
- 3.25.2. Cabe à Unidade Gestora, o cadastramento do contrato no Sistema de Acompanhamento de Contratos do DNIT – SIAC, imediatamente após os procedimentos de lavratura, assinatura e publicação desses, bem como sua ativação, imediatamente após o recebimento e conferência das Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica.
- 3.25.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 3.25.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, § 5º)
- 3.25.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.25.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 3.25.7. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 3.25.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 3.25.9. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 3.25.10. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 3.25.11. A Unidade Fiscalizadora dos contratos oriundos deste Termo de Referência são as Superintendências Regionais do DNIT em cada estado presente na contratação, a quem compete o monitoramento e controle dos aspectos de fiscalização do contrato. Suas atribuições estão definidas na legislação, bem como na Instrução Normativa nº 57/DNIT SEDE, de 14 de setembro de 2021 e na Resolução nº 20, de 30 de setembro de 2020, ou outras que a sucedam.
- 3.25.12. As Superintendências Regionais do DNIT nos estados, assim que forem solicitadas pela Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias, deverão adotar as providências de designação de servidor de carreira do DNIT ou comissão de servidores para fiscalização do contrato. Esta etapa é requisito obrigatório para que o contrato seja ativado no Sistema de Acompanhamento de Contratos do DNIT – SIAC.
- 3.25.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 3.25.14. A Fiscalização acompanhará o desenvolvimento do contrato, conferindo os serviços executados e atestando os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo as medidas corretivas necessárias, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com este Termo de Referência.
- 3.25.15. A Fiscalização também deverá ser realizada através de Supervisora contratada, de forma subsidiária, se o DNIT entender como necessário.
- 3.25.16. A Contratada declara conhecer as atribuições, deveres e obrigações da Fiscalização e a elas se submeter.
- 3.25.17. A existência e a atuação da fiscalização do DNIT em nada restringem a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto contratado.
- 3.25.18. A Fiscalização deverá informar à autoridade competente qualquer irregularidade identificada na execução do contrato sob seu acompanhamento.
- 3.25.19. Os Atestados de Capacidade Técnica referentes à execução do objeto contratual serão emitidos pela Unidade Fiscalizadora.
- 3.25.20. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 3.25.21. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 3.25.22. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 3.25.23. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e sancionadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 3.25.24. caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 3.25.25. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)

3.25.26. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

3.25.27. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

3.25.28. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

3.25.29. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

3.25.30. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

3.25.31. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

3.25.32. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

3.25.33. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

3.25.34. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Obrigações da Adjudicatária

3.25.35. Sem prejuízo das obrigações contidas no Edital de Licitação, compete à Adjudicatária (Licitante Vencedora), antes da assinatura do contrato:

e) Cumprir fielmente as condições e exigências contidas neste Termo de Referência;

f) Manter as condições de habilitação exigidas na fase de licitação, devendo comunicar à Administração qualquer fato impeditivo da manutenção dessas condições;

g) Solicitar previamente à Administração a alteração do Responsável Técnico, quando necessário, encaminhando todas as informações e documentos exigíveis na fase de licitação para fins de comprovação de Capacidade Técnico-Profissional. A efetivação da substituição depende de prévia autorização da Administração;

h) Providenciar, junto ao Conselho Profissional competente, o visto de pessoa jurídica em nome da Adjudicatária, bem como de seu responsável técnico, para atuação no local dos serviços, caso seu registro seja originário de outro Conselho Regional, de acordo com a legislação vigente;

i) No caso de profissional estrangeiro, regularizar a situação do Responsável Técnico junto ao Conselho Profissional competente;

j) Providenciar o cadastro da assinatura eletrônica de seus representantes legais no Sistema Eletrônico de Informações – SEI para fins de assinatura do contrato, termos e instrumentos congêneres, bem como peticionamento e intimações eletrônicos e visualização de processos. O cadastro é realizado por meio do preenchimento do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, e sua apresentação pessoalmente e na versão original, no protocolo de uma das unidades do DNIT, devidamente acompanhado de cópias de RG e CPF ou de outro documento de identidade no qual conste CPF (juntamente com o original para fins de autenticação administrativa), Termo de Constituição da Empresa/Consórcio (registro na junta comercial) e Procuração com a delimitação dos poderes aos respectivos representantes legais das empresas/consórcios (com registro em cartório), com os devidos prazos de vencimento. Alternativamente, poderão ser entregues por terceiro ou enviados por Correios as cópias autenticadas dos documentos acima indicados e o Termo acima com reconhecimento de firma em cartório. A correspondência por Correios deve ser endereçada ao Protocolo Geral do DNIT mais próximo. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI do DNIT e a entrega do formulário importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 8.539/2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

Obrigações da Contratada

3.25.36. Sem prejuízo das obrigações contidas no Edital de Licitação e no contrato, compete à Contratada:

k) Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários, além de fornecer e utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade, quantidade e tecnologia adequada, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

l) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os arts. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

n) Empregar funcionários habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

p) Apresentar a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica referente à execução dos serviços do contrato registrada no conselho profissional competente da respectiva unidade da federação a qual o contrato está vinculado, como equipe, composta por 2 (dois) profissionais, quais sejam, o Engenheiro ou Arquiteto (P1), devidamente qualificado conforme Capacidade Técnico-Profissional, e o Engenheiro ou Arquiteto Supervisor, que compõe a Administração Local;

- q) Apresentar a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica referente à Gestão da Segurança Viária Operacional, conforme Resolução nº 437/99 do CONFEA, registrada no conselho profissional competente da respectiva unidade da federação a qual o contrato está vinculado, em nome do Engenheiro de Segurança do Trabalho que compõe a Administração Local;
- r) Manter no local de execução dos serviços, durante todo o período das obras, um dos profissionais indicados na alínea "f", e o profissional indicado na alínea "g", conforme carga horária definida na Administração Local;
- s) Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- t) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- u) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI necessários e apropriados;
- v) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- w) Responsabilizar-se pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato;
- x) Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de sinistro do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;
- y) Renunciar expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração, uma vez que a inadimplência da Contratada, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração, nem poderá onerar o objeto desta contratação;
- z) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- aa) Comunicar à Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou sinistro que se verifique no local dos serviços;
- ab) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- ac) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- ad) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou pela Fiscalização, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- ae) Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com as normas e legislação, ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- af) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas quaisquer interferências enterradas ou aparentes, responsabilizando-se por todos os danos causados às redes de concessionárias ou a qualquer bem público ou de terceiros, arcando com todos os ônus e reparos decorrentes;
- ag) Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- ah) Ceder os direitos patrimoniais relativos ao serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme art. 93 da Lei nº 14.133/2021. A cessão não isenta o profissional e a contratada da responsabilidade técnica relativos ao serviço técnico;
- ai) Assegurar à Contratante o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela Contratada ou por terceiros subcontratados, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações;
- aj) Assegurar à Contratante os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;
- ak) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro Supervisor, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- al) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pela Fiscalização, exceto quando houver prazo diferente expresso neste Termo de Referência;
- am) Responsabilizar-se pelo reaterro e recomposição do piso original, quando necessário, bem como pelo imediato recolhimento do entulho e sua adequada destinação;
- an) Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação observando as diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos na Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações posteriores;
- ao) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas;
- ap) Respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382/2006 complementada pela Resolução Nº. 436/2011 de 22 de dezembro de 2011 e alterada pela Resolução nº. 501/2021 de 21 de outubro de 2021, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte, no tocante a qualquer instalação, equipamento ou processo utilizado na execução contratual, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva;
- aq) Não ultrapassar os níveis de emissão de ruídos considerados aceitáveis pela ABNT NBR 10.151 - Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas - Aplicação de uso geral, ou aqueles estabelecidos na ABNT NBR 10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, nos termos da Resolução CONAMA nº 01/1990, e legislação correlata;
- ar) Todo produto químico utilizado no local de trabalho deve ser classificado quanto aos perigos para a segurança e a saúde dos trabalhadores, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS);
- as) Realizar, conforme o caso, por seus próprios meios, caso possua Certificação ISO, ou por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os ensaios necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme previsto neste Termo de Referência e seus anexos;
- at) Responsabilizar-se por eventuais erros/equívocos no dimensionamento de sua proposta;
- au) Cumprir a legislação ambiental vigente, as Normas Técnicas do DNIT, da ABNT, e do Ministério do Trabalho e Emprego, e demais legislações pertinentes;

- av)Manter, durante toda vigência contratual, informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos;
- aw)Seguir o Cronograma Físico-Financeiro e Plano de Execução aprovados;
- ax)Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Termo de Referência;
- ay)Supervisionar e coordenar os trabalhos, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços;
- az)Manter no canteiro de obras tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada;
- ba)Não iniciar intervenção sem a devida realização dos procedimentos de segurança e sinalização viária operacional especificados neste Termo de Referência;
- bb)Realizar a manutenção dos elementos de sinalização de obras utilizados a fim de garantir os parâmetros de desempenho previstos nas Normas Técnicas;
- bc)Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização;
- bd)Entregar à Administração todos os arquivos, versões finais de produtos, documentos e quaisquer outros artefatos produzidos, inclusive em formato editável.

Obrigações da Contratante

- 3.25.37. Sem prejuízo das obrigações contidas no Edital de Licitação e no contrato, compete à Contratante:
- be)Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, o Edital de Licitação e este Termo de Referência;
 - bf)Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada;
 - bg)Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
 - bh)Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro, quando atendidas as condições de aprovação;
 - bi)Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o anexo XI, item 6 da IN SEGES/MP nº 05/2017;
 - bj)Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
 - bk)Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
 - bl)Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;]
 - bm)Realizar o arquivamento, entre outros documentos, de projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
 - bn)Exigir da Contratada que providencie a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 12 da Lei nº 8.078/1990;
 - bo)Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da Contratada conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido;
 - bp)Proceder às sanções e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada;
 - bq)Avaliar o desempenho da Contratada conforme estabelecido na Instrução Normativa Nº 39/DNIT SEDE, de 28 de julho de 2021, ou outra que venha a substituí-la;
 - br)Atestar a execução dos serviços objetos da contratação.

Instrumento de Medição de Resultado - IMR

- 3.25.38. A avaliação da execução do objeto também utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:
- 3.25.39. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- 3.25.40. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 3.25.41. O IMR será implementado a partir da primeira medição a contar da data de assinatura de contrato, cabendo ao fiscal técnico avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.
- 3.25.42. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 3.25.43. Estabelece-se como Nota de Desempenho Global - NDG a avaliação da execução global do contrato, conforme critério abaixo:

ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PERDIDOS EM FUNÇÃO DA DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA

Descrição da ocorrência	Incidência	Pontos
Não cumprimento das demandas da fiscalização em relação ao Cronograma físico aprovado pelo fiscal.	Por demanda não cumprida e/ou não iniciada dentro de 48h.	5
Ausência de comunicação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas à fiscalização qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, inclusive em caso de emergências.	Por notificação não cumprida dentro de 24h.	5

ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PERDIDOS EM FUNÇÃO DA DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA

Execução dos serviços desacordo com as Normas técnicas vigentes.	Por notificação não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 48h.	5
Descumprimento das Normas Regulamentadoras (NR) referentes à Segurança do Trabalho	Por notificação não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 48h.	5
Má qualidade dos materiais empregados nos serviços.	Por notificação não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 48h.	5
Utilização de equipamentos obsoletos ou com mau funcionamento ou em desacordo com as especificações técnicas.	Por notificação não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 48h.	4
Equipe de pessoal insuficiente e/ou desqualificado para execução dos serviços.	Por notificação não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 48h.	4

CORRELAÇÃO DO FATOR DE DESCONTO COM A NOTA DE DESEMPENHO DO CONTRATO

Nota de Desempenho Global	Fator de desconto (%)
90 > NDG > 80	5 %
80 ≥ NDG > 50	10 %
NDG ≤ 50	20 %
Nota de Desempenho Global - NDG = 100 - Σ Pontos Perdidos	
Meta da contratada: obter avaliação maior ou igual a 90 pontos: Fator de desconto = 0%	
Valor devido mensal (R\$) = Valor previsto mensal (R\$) x (1-Fator de desconto (%))	

- 3.25.44. A nota da CONTRATADA partirá de 100 (cem) pontos e será deduzida conforme ocorrências apontadas pela fiscalização.
- 3.25.45. A aplicação do fator de desconto é um procedimento ligado exclusivamente à medição dos serviços, e não elimina eventuais penalidades contratuais e previstas na lei de licitações referentes.
- 3.25.46. Caso haja descumprimento aos padrões de desempenho elencados no item 8 deste Termo de Referência, estes deverão ser aplicados especificamente naqueles grupos de desempenho avaliados, não sendo possível dupla penalização no IMR pela(s) mesma(s) ocorrência(s) ou não-conformidade(s) apontadas no padrão de desempenho.
- 3.25.47. Em caso de incidência continuada de redução de fator em três ocorrências consecutivas abaixo de 90% (noventa por cento), ou por mais de 5 (cinco) ocorrências abaixo de 90% (noventa por cento) ao longo de um ano de prestação de serviços, resultado do não atendimento dos indicadores previstos nos grupos de desempenho ou no IMR, deverá proceder com a extinção do contrato unilateral.
- 3.25.48. Além da providência prevista na alínea acima, também implicará na obrigatoriedade da Superintendência Regional realizar notificações prévias e iniciar os procedimentos de aplicação de sanções previstas em lei e na [Instrução Normativa DG/DNIT nº 06, de maio de 2019](#) com as alterações feitas pela [Instrução Normativa DG/DNIT nº 10, de 22 de agosto 2019](#) e pela [Instrução Normativa DG/DNIT nº 52, de 03 de agosto de 2021](#).

3.25.49. Sanções Administrativas

- bs) Advertência;
- bt) Multa;
- bu) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal;
- bv) Declaração de inidoneidade.

- 3.25.50. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a sanção da alínea "b", facultada a defesa prévia ao interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 3.25.51. Ademais, cumpre destacar que a multa pode se vista como uma "cláusula penal", estando prevista nos artigos 408 a 416 do Código Civil. Nesse sentido, sabe-se que a multa moratória é diferente da compensatória, sendo a primeira para o caso de atraso no cumprimento da obrigação; e a segunda para caso de descumprimento total ou parcial do contrato.
- 3.25.52. Ainda assim, de acordo com o art. 156, II, § 3º da Lei nº 14.133/2021, a multa não poderá ser inferior a 0,5% e nem superior a 30% do valor do contrato licitado.
- 3.25.53. Na fase de licitação, caso ocorra violação das condutas descritas no art. 155, da Lei nº 14.133/2021, observando a razoabilidade e proporcionalidade, a Contratada estará sujeita a multa compensatória nos seguintes percentuais:
- bw) infração do inciso I (der causa à inexecução parcial do contrato) 0,5% a 30% do valor do contrato;
 - bx) infração do inciso II (dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos) 10% a 30% do valor do contrato;
 - by) infração do inciso III (dar causa à inexecução total do contrato) 15% a 30% do valor do contrato;
 - bz) infração do inciso IV (deixar de entregar a documentação exigida para o certame) 0,5% a 30% do valor do contrato;
 - ca) infrações dos incisos V e VI (não manter proposta; não celebrar o contrato ou não entregar documentação exigida) 0,5% a 20% do valor do contrato;
 - cb) infrações dos incisos VII a XII (ensejar retardamento injustificado; apresentação de documentação falsa ou prestar declaração falsa; fraudar licitação; praticar ato lesivo ou fraudulento; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza) 15% a 30% do valor do contrato.

3.25.54. Na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, a Contratada estará sujeita à multa de mora, quando serão aplicados os seguintes percentuais:

- cc) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parcela inadimplente, quando o atraso não for superior a 30 (trinta) dias corridos;
- cd) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega ou execução de serviços, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.

3.25.55. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas em lei.

3.25.56. Configura atraso na entrega ou na execução do objeto, os casos em que a obrigação, embora não cumprida, ainda possa vir a ser cumprida de forma proveitosa para a Administração, posto que o atraso não impede que a execução do serviço atenda ao interesse e objetivo da Administração, apenas retardada.

3.25.57. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

3.25.58. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou do crédito existente no Ministério em relação à empresa. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

3.25.59. Nos casos em que a obrigação não foi cumprida, nem poderá mais vir a ser cumprida com proveito para a Administração dentro do prazo de vigência contratual, deixando sem execução, em definitivo, torna-se efetivo o descumprimento, caracterizando inexecução do contrato, no todo ou em parte.

3.25.60. Na hipótese de inexecução parcial do contrato, além da multa, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- ce) Advertência por escrito, registrada no SICAF;
- cf) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o art. 156, III, §4º da Lei nº 14.133/2021;
- cg) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme o art. 156, IV, §5º da Lei nº 14.133/2021.

3.25.61. Na hipótese de inexecução total do contrato, além da multa, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- ch) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o art. 156, III, §4º da Lei nº 14.133/2021;
- ci) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme o art. 156, IV, §5º da Lei nº 14.133/2021.

3.25.62. No caso de rescisão contratual, a Contratada estará sujeita a multa no percentual de 15% (quinze por cento), calculada sobre a parte inadimplida.

3.25.63. Estarão sujeitas ao impedimento de contratar com o DNIT e ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, a Contratada ou profissional que, em razão de contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

- cj) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- ck) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- cl) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

3.25.64. Também poderá ser impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo máximo de 3 (três) anos e será descredenciado do SICAF, ou sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, aquele que:

- cm) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- cn) Deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- co) Ensejar ou der causa ao retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- cp) Não manter a sua proposta, salvo se decorrente de fato superveniente que o justifique;
- cq) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- cr) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

3.25.65. Constitui falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União.

3.25.66. As sanções de impedimento de licitar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- cs) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- ct) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- cu) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

3.25.67. No caso de aplicação das sanções estabelecidas neste Termo de Referência, assim são definidas as possíveis faltas cometidas pela empresa:

1. **FALTAS LEVES:** puníveis com a aplicação da penalidade de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial de deveres de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e a despeito delas, a regular prestação dos serviços não fica inviabilizada.
2. **FALTAS GRAVES:** puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos aos serviços da Administração, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato, notadamente em decorrência de conduta culposa da empresa.
3. **FALTAS GRAVÍSSIMAS:** puníveis com a aplicação das penalidades de multas e impedimento de licitar e contratar com o DNIT pelo prazo de até pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração ou pelo cometimento de fraude, por exemplo, inviabilizando a execução do contrato em decorrência de conduta culposa ou dolosa da empresa.

3.25.68. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar, a empresa deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

3.25.69. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

3.25.70. O Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR seguirá o rito estabelecido no normativo vigente, sendo assegurado à Licitante ou Contratada, o contraditório e a ampla defesa com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. De acordo com o item 4.8. do Termo de Referência, não é admitida a subcontratação do objeto contratual, com base no art. 122, §2º da Lei nº 14.133/2021. Tal vedação se justifica por se tratar de serviços considerados comuns, homogêneos e de pequeno vulto, em que as empresas atuantes no mercado possuem expertise para executar os serviços que serão licitados, sem a necessidade de subcontratá-los.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do pagamento pelo fato gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a este Contrato, em seu item 9, e ainda:

6.1.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá estar devidamente acompanhada das respectivas comprovações de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais, além dos demais documentos previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2. O pagamento mensal fica condicionado à comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS pelo Contratado relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados;

6.1.3. Para que ocorra o pagamento, o Contratado deverá entregar à fiscalização do contrato, via peticionamento eletrônico no SEI, toda a documentação comprobatória da execução dos serviços com anuência expressa da empresa supervisora, se esta existir no acompanhamento do contrato ou justificativa quanto à falta de manifestação da empresa supervisora;

6.1.4. O processo de pagamento deverá ser integralmente instruído pela fiscalização do contrato até o 5º (quinto) dia útil a partir do término do período da medição, desde que todos os documentos de responsabilidade do Contratado sejam entregues em tempo hábil;

6.1.5. O pagamento será creditado em nome do Contratado, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições previstas neste contrato, no edital e nos normativos do DNIT, após a execução dos serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de atesto da fiscalização do contrato na(s) nota(s) fiscal(is);

6.1.6. O prazo acima será suspenso caso seja verificada, após a atestação na(s) nota(s) fiscal(is), alguma inconformidade na documentação apresentada pelo Contratado, devendo a fiscalização notificá-lo formalmente para imediata regularização;

6.1.6.1. Regularizada a documentação pelo Contratado, o prazo volta a correr de onde parou; e

6.1.7. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o Contratado não tenha dado causa ao atraso, conforme o disposto no item 5 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5, de 26 de maio 2017, após decorridos 30 (trinta) dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da(s) nota(s) fiscal(is).

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTAMENTO

7.1. Caso decorra período superior a um ano, contado a partir do mês-base do Orçamento Referencial, os preços contratuais, pactuados em moeda corrente no país, poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicando-se os índices setoriais apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, disponíveis no sítio eletrônico do DNIT, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. Os reajustes dos preços unitários contratuais devem ser calculados a partir da fórmula apresentada: $R = I_i - I_0 \times V / I_0$

Em que:

R: valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I_i: índice de preço verificado no mês-base do contrato (Orçamento Referencial);

I₀: índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V: valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado;

7.4. Para itens que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembradas, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice, de acordo com a Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE, de 24 de janeiro de 2023, ou outra que venha a substituí-la.

7.5. Os índices reajustados nos orçamentos deste edital são referentes aos serviços de Sinalização Horizontal, Sinalização Vertical e Obras Complementares e Meio Ambiente, sendo escolhido o índice correspondente ao serviço que deve ter o preço ajustado, de acordo com a IN nº 1/2023.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Os casos omissos devem ser dirimidos pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes - CGCIT e pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária - DIR.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução do contrato, especialmente:
 - 8.8.1. O pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - 8.8.2. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - 8.8.3. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade; e
 - 8.8.4. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
 - 8.10.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.10.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - 8.10.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - 8.10.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.10.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - 8.10.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.12.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.17. Obrigar a contratada a notificar, formalmente e por escrito, o fiscal do contrato logo após a conclusão da parcela da obra, entregando toda a documentação exigida em normativos próprios, através de protocolo no Sistema SEI;
- 8.18. Estabelecer o prazo de 5 dias úteis para que a unidade fiscalizadora do contrato realize a vistoria, autorize a contratada a emitir a nota fiscal, que deve ser subscrita pelo fiscal e representante legal da contratada, e remeta a medição ao setor responsável pelo pagamento;
 - 8.18.1. O setor responsável pelo pagamento deverá efetuá-lo em 30 dias após a assinatura da nota fiscal pelo fiscal e pelo representante legal da contratada.
 - 8.18.2. O prazo será interrompido em qualquer das fases da medição caso a fiscalização encontre qualquer inconformidade na documentação apresentada pela empresa, devendo a fiscalização sempre notificar formalmente a contratada sobre as incorreções verificadas.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, com ênfase no item 6.0.35. do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9.1.O Contratado deverá observar o estabelecido na Instrução Normativa DNIT nº 19, de 28 de abril de 2021, que estabelece os procedimentos na gestão de contratos com empresas inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Observar as cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas disposto na Instrução Normativa nº 6, de 6 de julho de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021:
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

- 9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.42. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações. podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.43. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, inclusive de trânsito, desde que praticada por seus empregados quando relacionados com a execução dos serviços;
- 9.44. Encaminhar ao DNIT, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como, daqueles que irão substituí-los;
- 9.45. Fornecer ao(s) gestor(es) do contrato relação nominal, em meio eletrônico, dos empregados, com as respectivas funções, endereços residenciais e horários de trabalho, indicando o local em que exercem suas atividades, bem como outras informações cadastrais que possam a ser solicitadas pelo DNIT, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer;
- 9.46. Permitir o parcelamento das férias, nos moldes da legislação em vigor, visando o bom andamento dos serviços afetos a esta contratação e para que estes sofram o mínimo de impacto possível.
- 9.47. Apresentar a comprovação mensal do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:
- a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - b) à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
 - c) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - d) aos depósitos do FGTS; e
 - e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 9.48. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante
- 9.48.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 9.48.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 9.48.3. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 9.48.4. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 9.49. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;
- 9.49.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a 68%.
- 9.49.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- 9.49.3. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.
- 9.49.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.
- 9.49.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.
- 9.49.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.45.4.
- 9.49.7. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.
- 9.50. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 9.50.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD E À POLÍTICA DE SEGURANÇA

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.6.1. Os representantes do Contratado e os funcionários designados a realizar o tratamento de dados pessoais deverão assinar termo de ciência e de responsabilidade de cumprimento da LGPD, conforme Anexo I do Contrato.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.
- 10.13. O Contratado deverá observar a Portaria DNIT 1.745 de 29 de março de 2021, que estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do DNIT, e suas normas complementares, devendo ainda:
- 10.13.1. Tomar conhecimento da POSIC;
- 10.13.2. Fornecer listas atualizadas da documentação dos ativos, licenças, acordos ou direitos relacionados aos ativos de informação objetos do contrato; e
- 10.13.3. Fornecer toda a documentação dos sistemas, produtos, serviços relacionados às suas atividades.
- 10.14. O Contratado deverá divulgar as disposições contidas na POSIC e suas normas complementares aos seus empregados e prepostos envolvidos em atividades no DNIT, cabendo aos usuários:
- 10.14.1. Conhecer e cumprir todos os princípios, diretrizes e responsabilidades da POSIC, bem como os demais normativos e resoluções relacionados à SIC;
- 10.14.2. Obedecer aos requisitos de controle especificados pelos gestores e custodiantes da informação; e
- 10.14.3. Comunicar os incidentes que afetam a segurança dos ativos de informação e comunicações à ETIR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Os termos relacionados a garantia de execução consta no Termo de Referência em Anexo.
- 11.2. Deverá ser prestada garantia na forma prevista na [Lei nº 14.133/2021](#) e na [Instrução Normativa nº 08/DNIT SEDE, de 15 de maio de 2025](#) (IN nº 08/2025)
- 11.3. A ADJUDICATÁRIA prestará garantia, no importe de 5% (cinco por cento) do valor contratado a preços iniciais, em qualquer das modalidades adiante descritas (art. 96 da [Lei nº 14.133/21](#)), à sua escolha, sob pena de decair o direito à contratação:
- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 11.3.1. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 11.4. A garantia, na modalidade "I" deverá ser prestada, na unidade responsável pelo contrato, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme dispõe o [Instrução Normativa nº 08/DNIT SEDE, de 15 de maio de 2025](#) (IN nº 08/2025).
- 11.5. No caso de opção pela modalidade "I - caução em dinheiro", o interessado deverá apresentar o recibo de depósito da caução em dinheiro (art. 4º da IN nº 08/2025), comprovando que o tomador providenciou o depósito em qualquer agência da CEF, em conta garantia, tendo como beneficiário o DNIT Sede ou a Superintendência Regional, nos termos do artigo 35, caput, da Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024. Poderá, ainda, procurar a Tesouraria Central do DNIT, em Brasília/DF, para obter instruções de como efetua-la.
- 11.6. No caso de caução com "I - [...] Títulos da Dívida Pública", estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual informe sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, e condições de resgate.

- 11.7. Para a prestação de garantia na modalidade "II - seguro-garantia", o prazo será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato (art. 96, inciso II da [Lei nº 14.133/21](#)) e dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome do DNIT, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNIT/Sede, sob pena de rescisão contratual.
- 11.8. Caso a garantia se dê por "III - fiança bancária", esta deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil a critério da LICITANTE, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNIT/Sede, sob pena de rescisão contratual.
- 11.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 11.10. O atraso superior a 25 (vinte e cinco dias) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, conforme dispõe o art. 137, inciso I, da [Lei nº 14.133/21](#) e a o item 3.1 do ANEXO VII-F da [IN SEGES 05/2017](#).
- 11.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela Administração (art. 96, §2º, da [Lei nº 14.133/21](#)).
- 11.12. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, conforme o item 3.1 do ANEXO VII-F da IN SEGES 05/2017.
- 11.13. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 120, da [Lei nº 14.133/21](#); pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive, no caso de subcontratação, quando ficará solidariamente responsável com o subcontratado pelo cumprimento das obrigações (art. 121, da [Lei nº 14.133/21](#)).
- 11.13.1. A inadimplência do contratado ou do subcontratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao DNIT a responsabilidade sobre o seu pagamento, nem poderá onerar objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive, perante o registro de imóveis, consoante o disposto no § 1º do art. 121, da [Lei nº 14.133/21](#).
- 11.14. Caso a CONTRATADA opte pela modalidade seguro-garantia, é obrigatório que a contratação de Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 11.15. A garantia será liberada de acordo com as condições previstas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- IV - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- V - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- VI - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- VII - **Multa**:
- moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;
 - moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - O atraso superior a **25** dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.11. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO DE CRÉDITO

15.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, conforme as regras deste presente tópico.

15.1.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

15.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

15.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

15.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

15.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

15.6. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;

II. Fonte de Recursos: 26.782.3106.163Q.0010;

III. Programa de Trabalho: 194854;

IV. Elemento de Despesa: 449051;

V. Plano Interno: MT00813;

VI. Nota de Empenho:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 de Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Porto Velho, Seção Judiciária de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

(Apêndice ao Anexo V - MINUTA DE CONTRATO)

ANEXO I – TERMO DE CIÊNCIA E DE RESPONSABILIDADE DE CUMPRIMENTO A LGPD.

Pelo presente termo, declaro que fui devidamente orientado sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, sobre as formas de coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais a que tiver acesso, bem como respectivas responsabilidades, em especial sobre aqueles que constam nos artigos 7º a 10 e 42 a 45 da LGPD.

Declaro conhecimento sobre as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito; e de que a responsabilidade de qualquer pessoa que intervenha em uma das fases abrangidas pelo fluxo dos dados pessoais subsiste mesmo após o término do tratamento.

Por fim, declaro ainda ciência sobre as condições do tratamento dos meus próprios dados pessoais.

Cidade, data
(Nome e Assinatura)

ANEXO VI - TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO



**TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**

(DNIT) Nº ____/2026

O DNIT e a CONTRATADA concordam que, durante a execução deste contrato, atuarão em conformidade com ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção e à fraude, em especial a Lei nº 12.846/2013 e ao Decreto nº 8.420/2015; e se comprometem a cumpri-los na realização de suas atividades, bem como se obrigam a não executar nenhum dos atos lesivos dispostos no artigo 5º da referida Lei.

A CONTRATADA declara que: tem conhecimento da Norma Brasileira ABNT NBR ISSO 37001 – Sistemas de gestão antissuborno; e:

1) não realiza, não oferece; e não autoriza:

a) qualquer pagamento ou promessa de pagamento como suborno;

b) entrega de presente(s);

c) concessão de entretenimento(s);

d) fornecimento ou pagamento de refeição(ões), hospitalidade(s) ou qualquer outra vantagem direta ou indireta para o uso ou benefício de qualquer funcionário do DNIT ou seus familiares e:

2) não concede benefício direto ou indireto de partido político, de candidato a cargo eletivo, ou de qualquer outro indivíduo a qualquer funcionário do DNIT ou seus familiares.

A CONTRATADA declara conhecer as normas que combatem e proíbem atos anticoncorrenciais e de corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas o Código Penal, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992) e a Lei Federal n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) – em conjunto, aqui denominadas “Leis Anticorrupção” – e se compromete a cumpri-las fielmente, por si, bem como por seus executivos, sócios, diretores, coordenadores, representantes, administradores e colaboradores, assim como exigir o seu fiel cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

A CONTRATADA declara e garante, durante a execução deste Contrato, que:

1) seus atuais sócios, administradores, controladores, dirigentes etc não ocupam cargo, emprego ou função no DNIT ou em empresa prestadora de serviço no DNIT;

2) seus atuais sócios, administradores, controladores, dirigentes etc não possuem parentesco, até o terceiro grau, com qualquer ocupante de cargo, emprego ou função, mesmo que transitoriamente e sem remuneração, dentro da unidade administrativa do DNIT que promova a licitação ou com ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento do DNIT;

3) Nos demais casos de parentesco, até o terceiro grau, de seus atuais sócios administradores, controladores, dirigentes com qualquer ocupante de cargo, emprego ou função no DNIT, mesmo que transitoriamente e sem remuneração, declara que o parentesco não teve poder de influência na contratação;

4) Que eventual ex- ocupante de cargo, emprego ou função do DNIT que venha a integrar a CONTRATADA, seja na qualidade de administrador, sócio, controlador ou dirigente, tenha rompido seu vínculo com o DNIT há pelo menos 6 (seis) meses, obrigando-se a CONTRATADA a informar por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis ao DNIT qualquer nomeação de seus representantes em quaisquer das hipóteses elencadas.

5) manterá uma política ativa de *compliance* compatível com a natureza, o porte, a estrutura, a complexidade, o perfil de risco e o modelo do objeto aqui contratado.

O não cumprimento pela CONTRATADA da legislação anticorrupção e/ou disposto neste Contrato, durante a execução deste, será considerado infração grave e conferirá ao DNIT o direito de, agindo de boa-fé:

1) instaurar procedimento de apuração de responsabilidade administrativa, nos termos do Decreto nº 8.420 e da Instrução Normativa CGU nº 13/2019; e

2) rescindir o Contrato, após o devido processo legal, sendo a CONTRATADA responsável por eventuais perdas e danos.

A CONTRATADA se comprometerá ainda a:

1) Difundir as vedações impostas pela Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT a todos os funcionários da empresa;

2) Cumprir e exigir o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas pertinentes ao tema em todos os níveis, rechaçando qualquer ato ou atividade que constitua ou possa ser entendido como ato lesivo aos interesses da Administração Pública e

3) Denunciar ao DNIT qualquer ação ou omissão que venha a ter conhecimento e que importem em descumprimento da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, da legislação Anticorrupção vigente e aos demais normativos de combate à fraude e a atos de corrupção.

E, por compreender e aceitar sem reservas todo o exposto acima, assino o presente Termo para que produza todos os efeitos.

DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

--

ANEXO VII - TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO RONDÔNIA

TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO

A empresa, com sede na cidade de, no Estado, situada à rua nº, bairro, CEP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por seu representante legal, e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT/Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia, ente autárquico federal vinculado ao Ministério da Infraestrutura, com sede na capital do Distrito Federal – Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado pelo Superintendente Regional (**NOME DA AUTORIDADE**), e tendo em vista o que consta no Processo nº, vêm, por meio deste Termo, firmar o compromisso público de conduzir a gestão deste contrato fundamentado nos mais elevados princípios éticos e morais, estimulando e promovendo a conduta ética dos empregados e servidores públicos envolvidos nesta relação ora estabelecida, e atuando decisivamente na prevenção da fraude e corrupção, contribuindo assim para um ambiente de transparência e integridade.

Declaram expressamente a concordância com as disposições do Código de Ética do DNIT e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, pautando suas condutas com aquelas previstas naquele instrumento.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal

Gestor do Contrato / DNIT

DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



Documento assinado eletronicamente por **André Lima dos Santos, Superintendente Regional no Estado de Rondônia**, em 20/02/2026, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23805522** e o código CRC **6CB18E14**.